



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Política Econômica

Relatório de Gestão 2004

Fevereiro/2005

DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1. Nome completo e oficial do órgão: SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA
2. Número do CNPJ: 00.394.460/0343-99
3. Natureza Jurídica: ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO
4. Vinculação Ministerial: MINISTÉRIO DA FAZENDA
5. Endereço completo: ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – BLOCO P – 3º ANDAR – BRASÍLIA/DF
CEP: 70048-902
6. Endereço da página institucional na *Internet*: www.fazenda.gov.br/spe
7. Código e nome do órgão: 25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA
Unidade Gestora – 170250
Gestão utilizada no SIAFI: 00001 – TESOURO
8. Norma de criação e finalidade: DECRETO nº 5.136, de 7 de julho de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 08 de julho de 2004
9. Regimento Interno: PORTARIA MF nº 116, de 17 de maio de 1996, publicada no DOU de 20 de maio de 1996, com dispositivos alterados pela PORTARIA MF nº 304, de 30 de dezembro de 1996

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão integra a prestação de contas, relativa ao exercício de 2004, da Secretaria de Política Econômica (SPE) ao Tribunal de Contas da União e foi elaborado em conformidade com as instruções da Secretaria Federal de Controle e do Tribunal de Contas da União.

As atividades desenvolvidas pela SPE ao longo de 2004 se pautaram pela observância às atribuições definidas no Regimento Interno da Secretaria e aos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual 2004-2007.

No âmbito do PPA 2004-2007, coube à SPE a gerência do programa “Gestão de Política Econômica”, com responsabilidade específica pela ação “Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas”. Essa ação foi particularmente importante, no ano de 2004, ao permitir a coordenação e a proposição de reformas de cunho microeconômico, essenciais para que a economia brasileira pudesse iniciar uma trajetória de crescimento sustentado de longo prazo, o que permitirá ao País reduzir a pobreza e as desigualdades sociais.

Nesse sentido, a SPE, dentro da ação Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas, identificou áreas que vêm merecendo estudos e propostas de reformas com vistas a: (i) promover o aperfeiçoamento do mercado de crédito, de seguros e do Sistema Financeiro Nacional; (ii) promover a melhoria da qualidade da tributação; (iii) promover a inclusão social; (iv) reduzir o custo da resolução de conflitos no âmbito do sistema Judiciário; e (v) reduzir custos de transação e melhorar o ambiente de negócios.

Ao longo de 2004, as atividades da Secretaria foram direcionadas, prioritariamente, para a identificação, estudo, proposta e elaboração de projetos de ação e coordenação de grupos e processos necessários à implementação de medidas nessas áreas. Os avanços e os resultados obtidos são detalhados neste relatório.

1 - Gestão Operacional/Finalística

1.1. Missão Institucional

A Secretaria de Política Econômica (SPE), órgão integrante da estrutura organizacional do Ministério da Fazenda, tem sua competência estabelecida no Decreto nº 5.136 de 7 de julho de 2004. A missão da SPE é avaliar a evolução da economia, assessorar o Ministro da Fazenda na formulação, coordenação e divulgação da política econômica e propor medidas voltadas para o equilíbrio macroeconômico e para o desenvolvimento sustentado do País.

Dentre as principais atribuições da SPE, associadas ao cumprimento de sua missão, pode-se destacar: (i) a definição de prioridades para os principais agregados setoriais da economia nacional; (ii) o acompanhamento e análise da evolução da conjuntura econômica; (iii) a elaboração dos parâmetros do Orçamento Geral da União; (iv) a coordenação do processo de consolidação, estimativas e programação das necessidades de financiamento do setor público; (v) a participação na elaboração de propostas de alterações na legislação tributária e orçamentária; e (vi) os estudos e definição de políticas para os mercados financeiro, da habitação, de seguros, previdência complementar, de crédito e de capitais.

1.2 – Público-Alvo

As ações da SPE têm impacto indireto em grande número de atividades/objetivos do governo e, por conseguinte, beneficiam a sociedade de modo geral. Esse fato se traduz pela participação ativa da Secretaria em quase todas as diretrizes e desafios abrangidos pelos mega-objetivos estratégicos de governo, quais sejam: inclusão social e redução das desigualdades sociais, crescimento com geração de emprego e renda, promoção e expansão da cidadania, e fortalecimento da democracia. De forma mais específica, os usuários dos produtos da SPE são, diretamente, o Ministro da Fazenda e demais instâncias do Ministério e, indiretamente, os demais Ministérios e órgãos de governo. De forma mais ampla, pode-se ainda mencionar a sociedade em geral, via disponibilidade dos estudos e análises por meio da página eletrônica da Secretaria e do Ministério da Fazenda.

1.3 – Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

No âmbito do Plano Plurianual 2004-2007, denominado “Brasil de Todos”, a SPE é responsável pela gestão do programa “Gestão da Política Econômica”, com o objetivo de formular e coordenar a política econômica governamental. Esse programa foi constituído por ações da SPE e da Secretaria de Assuntos Internacionais. A ação específica da SPE dentro desse programa é a “Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas”, cujas atividades se referem à formulação e proposição de medidas de política monetária, política fiscal, setor externo, mercado de trabalho, mercado de capitais, política industrial e política tarifária, observados os macro-objetivos do governo.

No que concerne às metas físicas do Programa, particularmente da ação sob a responsabilidade da SPE, destaque-se que, segundo o Manual de Elaboração de Programas do PPA 2004-2007, considera-se Meta Física como *“quantidade de produto a ser ofertado, de forma regionalizada, por ação, num determinado período. A meta física é instituída para cada ano”*. Dentro do programa executado pela SPE, a ação “Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas” caracteriza-se pela elaboração de estudos, formulação de políticas e pelo assessoramento ao Ministro da Fazenda. As atividades desenvolvidas no âmbito desta ação subordinam-se à evolução do ambiente econômico, cuja dinâmica impõe uma adequação permanente dos trabalhos às diretrizes da política econômica do governo. Essa dinâmica dificultou a definição de metas objetivas para a referida ação no momento da elaboração do programa.

Adicionalmente, deve-se mencionar que as atividades executadas no âmbito do programa são, em sua maior parte, não rotineiras e seu resultado tende a beneficiar a sociedade em geral (como por exemplo, o aperfeiçoamento da legislação do mercado de crédito). Dessa forma, é difícil mensurar seu efeito individual, o qual, por se diluir ao longo do tempo, também dificulta a devida quantificação *a priori*.

Considerando-se que as características específicas da ação “Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas” não permitem a quantificação do produto a ser ofertado à sociedade, de forma regionalizada, por ação e em um determinado período de tempo, conforme previsto no Manual do PPA, não foi possível definir uma meta física para essa ação, registrando-se, no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN), apenas a meta financeira.

1.4 – Indicadores relevantes das atividades da SPE

As atividades da SPE se caracterizam como atividade meio (assessoria e formulação de políticas) e o programa gerenciado pela Secretaria, no âmbito do PPA 2004-2007, classifica-se como um Programa de Gestão de Políticas Públicas, devendo-se considerar que seus efeitos são diluídos no tempo, com resultados dispersos e não necessariamente contemporâneos à ação executada. Desse modo, torna-se difícil elaborar um indicador *"capaz de medir a evolução do problema... sensível à contribuição das principais ações e apurável em tempo oportuno... [que] permite, portanto, a mensuração dos resultados alcançados com a execução do programa"*, conforme estabelece o Manual de Elaboração de Programas do PPA 2004-2007.

Dessa forma, a SPE não logrou a definição de um indicador apropriado às suas atividades. Todavia, são apresentados no item 1.5 deste relatório os resultados alcançados pela Secretaria durante o ano de 2004 e, no Anexo I (pág. 54), o quadro-resumo das ações da SPE planejadas para o exercício de 2004, o produto esperado e os resultados efetivamente alcançados.

1.5 – Atividades e Projetos Desenvolvidos e Resultados Alcançados

No escopo da ação "Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas", a SPE atuou como coordenadora de grupos de trabalho e como colaboradora de vários órgãos da administração pública, envolvidos na normatização do ambiente microeconômico. A atuação da SPE foi direcionada para o aperfeiçoamento dos dispositivos legais em vigor e para a criação de novos instrumentos, particularmente, os referentes ao crédito, que resultaram em reformas microeconômicas imprescindíveis para a elevação do potencial de crescimento da economia do País, de forma sustentada.

Dentre os órgãos com os quais a SPE atuou na realização dos estudos e demais atividades para o desenvolvimento dos seus projetos de reforma microeconômica, destacam-se o Ministério da Justiça (MJ) e suas Secretarias de Direito Econômico (SDE) e de Reforma do Judiciário (SRJ), o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) e seu Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e sua Secretaria de Política Agrícola, e, no âmbito do Ministério da Fazenda, as Secretarias da Receita Federal (SRF), do Tesouro Nacional (STN) e de Acompanhamento Econômico (SEAE).

Os projetos voltados para as reformas microeconômicas, executados em 2004, são apresentados a seguir:

a) Aprimoramento do marco legal do mercado de crédito imobiliário

Objetivo geral: fomentar o mercado imobiliário.

Objetivos específicos: estimular o desenvolvimento do financiamento privado na construção civil, por meio da introdução e aperfeiçoamento dos instrumentos de crédito e securitização, melhoria da segurança jurídica para mutuários e financiadores e instituição de um regime tributário mais eficiente.

Beneficiários: mutuários de financiamentos habitacionais, setor da construção civil, setor bancário e investidores.

Resultados alcançados: (i) aprovação da Lei n° 10.931/2004, que regulamenta títulos representativos de crédito, a Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), o Patrimônio de Afetação e seu Regime Especial de Tributação (RET) e dispõe sobre o pagamento de valores incontroversos e manutenção do questionamento judicial apenas dos valores controversos; (ii) aprovação da Resolução n° 3.177/2004, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que, dentre outras medidas, duplica a taxa de decaimento do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), reduz a 80% da Taxa Referencial (TR) a rentabilidade dos valores recolhidos compulsoriamente ao Banco Central do Brasil (BCB), pela não aplicação dos recursos no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), e congela a posição das LCI e Letras Hipotecárias (LH) aos valores reais de 09/03/2004; (iii) elaboração de estudo sobre o mercado habitacional do Chile, complementado com visita de técnicos da SPE a instituições públicas e privadas integrantes do sistema habitacional daquele país.

b) Aprimoramento dos instrumentos de financiamento do agronegócio

Objetivo geral: ampliar os instrumentos disponíveis para o financiamento da safra agrícola, estimulando o desenvolvimento do agronegócio.

Objetivos específicos: estimular o desenvolvimento do financiamento privado para o setor agrícola, por meio do aumento da captação de recursos para investimentos no setor, ampliação da oferta e redução do custo de crédito e melhoria da gestão de risco contra quebra de safra.

Beneficiários: agricultores, empresas do agronegócio, instituições financeiras atuantes no setor e investidores.

Resultados alcançados: (i) aprovação da Lei nº 11.076/2004, que institui o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e *Warrant* Agropecuário, os Certificados de Recebíveis (CRA), Letras de Crédito (LCA) e Certificado de Direitos Creditórios (CDCA), e institui subvenção do Governo Federal para o lançamento de opções agrícolas pelo setor privado, representadas por contratos de opção de venda de produtos; (ii) edição do Decreto nº 5.121/2004, que regulamenta a Lei nº 10.823/2003, permitindo ao governo conceder subvenção econômica ao prêmio de seguro rural.

c) Aprimoramento do mercado de crédito bancário

Objetivo geral: ampliar o acesso e reduzir o custo do crédito.

Objetivos específicos: propiciar a expansão do crédito privado, por meio da introdução de novos instrumentos de crédito e aperfeiçoamento dos instrumentos existentes, da melhoria da segurança jurídica para tomadores e concessionários de recursos, e da redução da taxa de juros dos contratos.

Beneficiários: trabalhadores do setor formal, empresas, tomadores de crédito em geral, rede bancária e investidores.

Resultados alcançados: (i) aprovação da Lei nº 10.931/2004, que dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário (CCB) e o Certificado de Cédulas de Crédito Bancário (CCCB), além de reforçar o dispositivo da alienação fiduciária para o financiamento de automóveis, estabelecendo a transferência de propriedade do veículo independentemente do trânsito em julgado da sentença judicial; (ii) elaboração de proposta objetivando equilibrar regras que permitam o desenvolvimento da atividade de banco de dados de proteção ao crédito e que preservem os direitos do cidadão em relação às informações e à forma de sua utilização; (iii) desenvolvimento de estudo preliminar sobre o impacto do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) no *spread* das operações de crédito.

d) Fortalecimento do ambiente de negócios

Objetivo geral: reduzir os custos de transação e as barreiras a novos investimentos.

Objetivos específicos: (i) estimular a concorrência entre as empresas, por meio de mecanismos que reduzam as restrições à entrada de novos produtores nos diversos mercados; (ii) aperfeiçoar o marco regulatório das agências reguladoras; (iii) ampliar investimentos da iniciativa privada em projetos de infra-estrutura com alto retorno social; e (iv) fortalecer o setor industrial mediante introdução de incentivos à pesquisa e à inovação tecnológicas.

Beneficiários: setores do comércio e serviços; setor industrial; municípios carentes de recursos para investimento em infra-estrutura; usuários de estradas e rodovias; usuários dos serviços de saúde, vigilância sanitária, energia elétrica, combustível, água, telecomunicações, transporte aquático e terrestre; e investidores.

Resultados alcançados: (i) apresentação de Substitutivo ao Projeto de Lei (PL) n° 3.337/2004, que estabelece o limite entre a regulação econômica, a cargo das agências, e a formulação de política setorial, a cargo do Ministério responsável; (ii) apresentação de Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar (PLC) n° 10/2004, que viabiliza investimentos de infra-estrutura em projetos com externalidades positivas, em apreciação no Senado Federal; (iii) aprovação da Lei n° 10.973/2004, que institui a Lei de Incentivos à Pesquisa e Inovação; (iv) apresentação de Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar (PLP) n° 344/2002, que disciplina a aplicação de legislação sobre práticas anticoncorrenciais no setor financeiro, em apreciação na Câmara dos Deputados; (iv) minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre a reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, em fase de elaboração em conjunto com a SEAE/MF e sob a coordenação do Ministério da Justiça.

- e) Melhoria da qualidade da tributação, desoneração da poupança de longo prazo e desoneração dos investimentos

Objetivo geral: melhorar a estrutura do mercado financeiro e criar incentivos à poupança de longo prazo.

Objetivos específicos: (i) ampliar as condições de investimento produtivo, por meio do alongamento dos prazos de captação de poupança; (ii) incentivar investimentos em previdência complementar e seguros de vida; e (iii) aumentar a eficiência na escolha do *portfolio*.

Beneficiários: consumidores, poupadores, investidores, setor financeiro e tomadores de crédito.

Resultados alcançados: (i) aprovação da Lei n° 10.892/2004, que institui a Conta Investimento; (ii) aprovação da Lei n° 11.051/2004, que estabelece o fim da cumulatividade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e regulamenta a tributação sobre os investimentos, com redução nas alíquotas de impostos e contribuições federais (Invista Já); (iii) aprovação da Lei n° 11.033/2004, que introduz tributação decrescente para os Fundos de Investimento e ativos de renda fixa, de acordo com o prazo de aplicação dos recursos; reduz a alíquota do Imposto de Renda (IR) para os investimentos em ações; e amplia a isenção tributária das LH, estendendo-a para as

LCI e CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários); (iv) aprovação da Lei nº 11.053/2004, que revoga o Regime Especial de Tributação (RET), institui o fim da cobrança de IR sobre as carteiras dos fundos de pensão e demais planos de previdência, e a nova sistemática de tributação, com alíquotas de imposto de renda decrescentes para maiores prazos de aplicação; (v) edição do Decreto nº 5.172/2004, que isenta os seguros de vida da incidência de IOF.

f) Aprimoramento do marco regulatório do setor de Resseguros

Objetivo geral: introduzir a concorrência no mercado de resseguros e transferir as atribuições de regulação e fiscalização deste setor para os órgãos regulador e fiscalizador de seguros.

Objetivos específicos: (i) eliminar o monopólio do IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB), possibilitando que novos operadores atuem no mercado de resseguros local; (ii) permitir maior aperfeiçoamento dos agentes econômicos envolvidos na operação de resseguros (seguradoras, resseguradores e corretores), com possibilidade de eliminação de ineficiências inerentes a um modelo monopolista; (iii) ampliar a possibilidade de que as seguradoras obtenham preços de resseguro mais competitivos, com reflexos no preço ao consumidor final de seguros; (iv) introduzir requisitos regulatórios de qualificação, experiência e solvência para os resseguradores estrangeiros que atuem com operadores nacionais, minimizando os riscos de cessão de risco em operadores com baixo nível de qualificação; (v) possibilitar a introdução mais dinâmica de novas coberturas e tecnologias de resseguro; (vi) fornecer a seguradores eficientes de menor porte maiores possibilidades de ampliação de sua capacidade de subscrição, por meio de maior oferta de resseguro; (vii) fomentar a formação de especialistas na atividade de resseguro; (viii) minimizar os efeitos de insolvência de seguradoras para os segurados de riscos vultosos, por meio da possibilidade de proteção contratual de pagamento direto pelo ressegurador ao beneficiário, nestes casos; (ix) aperfeiçoar a fiscalização das seguradoras por meio da conjugação em um único órgão de todas as suas operações securitárias (seguro e cessão em resseguro), permitindo o controle mais eficiente de sua solvência; e (x) ampliar a capacidade e a eficácia da atuação do órgão fiscalizador nas operações realizadas pelas seguradoras e resseguradores, em especial em matéria internacional ou que envolva outros órgãos fiscalizadores locais ou internacionais.

Beneficiários: seguradoras, securitários, corretores e consumidores de seguros, em especial os que disponham de riscos vultosos, seja em setores industriais, comerciais ou de serviços.

Resultados alcançados: (i) elaboração de minuta de Projeto de Lei Complementar estabelecendo o marco geral do mercado de resseguros, em fase de discussão no âmbito do Governo

Federal; (ii) elaboração de estudos com vistas à revisão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, com participação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), do IRB e do MAPA.

g) Redução do custo de resolução de conflitos

Objetivo geral: reduzir o custo do processo judicial e elevar o acesso do cidadão ao serviço jurisdicional, com aperfeiçoamento dos mecanismos de resolução de conflitos.

Objetivos específicos: (i) possibilitar o esclarecimento de omissões contratuais ou cláusulas contingentes, cuja aplicação não seja consenso entre as partes; (ii) incentivar o uso de mecanismos alternativos de resolução de conflitos; (iii) combater o incentivo a manobras protelatórias nos processos de execução; (iv) aperfeiçoar os meios executórios; (v) racionalizar o sistema recursal; e (vi) tornar mais céleres e ágeis as transações econômicas.

Beneficiários: partes integrantes de transações econômicas (devedores, credores, fornecedores e garantidores de contrato), advogados, juizados.

Resultados alcançados:

a) Sob a coordenação da SPE: (i) apresentação de Substitutivo ao PL n° 4.376/2003, com nova regulamentação sobre a Lei de Falências; (ii) apresentação do PLC n° 72/2003, que altera o Código Tributário Nacional (CTN) para tornar mais céleres os processos falimentares; (iii) auxílio na elaboração do Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 245/2004, que dispõe sobre a revisão dos critérios de parcelamento dos Créditos Tributários afetos à Lei de Falências; e (iv) realização de estudos preliminares para a elaboração de proposta com vistas à redução da insegurança jurídica das operações de arrendamento mercantil.

b) Sob a coordenação da Secretaria de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça: (i) aprovação da Emenda Constitucional n° 45, de 2004, que dispõe sobre a Reforma do Judiciário; (ii) apresentação do Substitutivo do PLC n° 94/2002, que torna obrigatório o uso da mediação dentro e fora do processo judicial; (iii) apresentação do PLC n° 52/2004, que racionaliza e torna mais célere o cumprimento da sentença; (iv) apresentação do PL n° 4.497/2004, que reequilibra o rito da execução extrajudicial entre devedor e credor e aperfeiçoa os meios executórios; (v) apresentação de Emenda à Medida Provisória (MP) n° 206/2004, convertida na Lei n° 11.033/2004, que racionaliza o processo de execução fiscal, permitindo, dentre outras medidas, o não prosseguimento de ações de baixo valor (abaixo de R\$ 10 mil); (vi) apresentação dos Projetos de Lei n° 4.723, 4.724, 4.725, 4.726, 4.727, 4.728 e

4.729 de 2004, em tramitação na Câmara, que compõem a Reforma Processual Civil, regulamentando o "processo eletrônico" e instituindo a súmula impeditiva de recurso, dentre outras providências; e (vii) apresentação dos Projetos de Lei n^{os} 4.730, 4.731, 4.732, 4.733, 4.734 e 4.735 de 2004, que compõem a Reforma Processual Trabalhista.

h) Estímulo à formalização de pequenos negócios e das relações de trabalho

Objetivo geral: desenvolver o empreendedorismo formal.

Objetivos específicos: (i) criar condições para inserção dos empreendedores informais no setor formal da economia; (ii) propiciar o acesso a produtos e serviços financeiros por parte da população excluída do sistema financeiro tradicional; (iii) ampliar o acesso ao crédito produtivo pelos microempreendedores formais e não formais; (iv) desburocratizar o processo de registro e de legalização de empresas; e (v) reduzir o impacto dos encargos trabalhistas para micro e pequenos empresários.

Beneficiários: micro e pequenos empresários formais e informais e agentes financeiros.

Resultados alcançados: (i) apresentação do PLP n^o 210/2004, que incentiva a formalização do empreendedor de baixa renda, com faturamento de até R\$ 36 mil/ano, mediante desoneração de um conjunto de impostos e contribuições federais; (ii) edição da MP n^o 226/2004, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), direcionado ao atendimento das necessidades do microempreendedor na sua atividade econômica (produção); (iii) coordenação de *Seminário* com vistas a analisar medidas de simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas; (iv) realização de estudos preliminares sobre alternativas para a desoneração parcial da folha de salários.

i) Ampliação da corrente de comércio exterior

Objetivo geral: reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Objetivos específicos: (i) ampliar as fontes de ganhos de produtividade das empresas nacionais; (ii) melhorar a solvência externa do País; (iii) modernizar o parque produtivo brasileiro; (iv) simplificar e propiciar mais agilidade e competitividade às exportações; (v) incentivar a produção direcionada ao mercado externo; (vi) ampliar e desconcentrar a base nacional exportadora.

Beneficiários: pequenas e médias empresas comerciais do setor de exportação, micro e pequenas empresas produtoras, trabalhadores do setor, profissionais do comércio exterior, investidores e agentes financeiros.

Resultados alcançados: (i) elaboração de estudos e propostas para viabilizar formas associativas, dentre elas o Consórcio Exportação, para o desenvolvimento das microempresas do setor de exportação; (ii) aprovação da Lei nº 10.893/2004, que institui aperfeiçoamentos ao Fundo de Marinha Mercante; (iii) edição da MP nº 206/2004, convertida na Lei nº 11.033/2004, que institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO), cuja principal característica é a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Programa de Integração Social (PIS), da Cofins e do Imposto de Importação (II) nos investimentos para aquisição de máquinas e equipamentos.

Além do enfoque sobre as reformas microeconômicas, a SPE também se dedicou a outras atividades que lhe são regimentalmente atribuídas e que compõem sua rotina de trabalho:

- j) Acompanhamento e análise da política fiscal de curto prazo e elaboração de suas diretrizes para médio e longo prazos

Objetivo geral: contribuir com informações técnicas para o processo de tomada de decisões da política fiscal, de curto e longo prazos.

Objetivos específicos: disseminar projeções fiscais (Resultado Primário do Governo Central – acima da linha) e análise de cenários alternativos para a condução da política fiscal pautadas pelo princípio da gestão fiscal responsável. Os trabalhos efetuados adquirem particular relevância, considerando-se que, nos últimos anos, a austeridade fiscal e o equilíbrio das contas públicas têm representado importante fundamento para a manutenção da estabilidade econômica.

Beneficiários: STN, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a sociedade em geral.

Resultados alcançados: (i) elaboração mensal de mapas gerenciais de acompanhamento do Resultado Primário do Governo Central; (ii) cotejo do resultado observado com as metas estabelecidas, para o exercício, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos Decretos de Programação Financeira e nos Acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI); e (iii) atualização das projeções e respectiva comparação com as metas anuais de Resultado Primário estipuladas para o Governo Central.

- k) Simulação do Resultado Primário do Governo Central

Objetivo geral: contribuir com as informações técnicas necessárias para o monitoramento e a avaliação dos rumos da política fiscal.

Objetivos específicos: elaborar cenários fiscais alternativos, ajustados às alterações da política econômica, permitindo maior eficiência e eficácia no processo de tomada de decisões atinentes à condução da política fiscal.

Beneficiários: Ministro da Fazenda e STN.

Resultados alcançados: atualização mensal das projeções do Resultado Primário do Governo Central em função de modificações no cenário macroeconômico e/ou de novas medidas legais.

- l) Elaboração de projeções do Resultado Primário do Governo Central para subsidiar a elaboração do orçamento e as diretrizes da política fiscal

Objetivo geral: fornecer estimativas consistentes do Resultado Primário do Governo Central para balizar a elaboração do orçamento da União.

Objetivos específicos: contribuir para a elaboração do orçamento, com estimativas fundamentadas em princípios técnicos e análises sobre o desempenho futuro de receitas e despesas não financeiras da União.

Beneficiários: Assessoria Econômica/MPOG e Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

Resultados alcançados: participação no processo orçamentário, por meio da elaboração de estimativas e projeções do Resultado Primário do Governo Central, que balizam as projeções contidas na LDO e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

- m) Elaboração de balanço das renúncias fiscais e apuração/projeção dos subsídios creditícios e financeiros concedidos pela União para compor os anexos da Lei Orçamentária Anual

Objetivo geral: contribuir para o cumprimento do artigo 165, § 6º da Constituição Federal, que prevê a elaboração de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, para compor a LOA.

Objetivos específicos: contribuir para a transparência e publicidade dos benefícios creditícios e financeiros concedidos com recursos da União.

Beneficiários: Assessoria Econômica/MPOG, SOF e a sociedade em geral.

Resultados alcançados: elaboração de demonstrativo consolidado dos benefícios creditícios e financeiros para compor os anexos da LOA.

- n) Simulação do resultado da Previdência Social, contemplando as mudanças do salário mínimo, com vistas à análise de seus efeitos sobre o Resultado Primário do Governo Central

Em 2004, a SPE desenvolveu um modelo econométrico para estimar o resultado da Previdência Social. Esta modelagem revelou-se apropriada não apenas para o cálculo do impacto do resultado da previdência sobre o Resultado Primário do Governo Central, mas, também, para avaliar o impacto de alterações legislativas, *e.g.* de alterações do salário mínimo, sobre o resultado da Previdência Social.

Objetivo geral: elaborar projeções do resultado da Previdência Social com acurácia para balizar as diretrizes de política fiscal.

Objetivos específicos: contribuir para a elaboração de projeções que minimizem erros, se ajustem adequadamente aos valores realizados e subsidiem o processo decisório.

Beneficiários: Presidência da República, Ministério da Previdência Social, STN, SOF e a sociedade em geral.

Resultados alcançados: estimativas do resultado da Previdência Social.

- o) Participação na elaboração dos anexos dos Decretos de Programação Financeira

Objetivo geral: cumprir disposições legais atinentes aos demonstrativos que devem compor os Decretos de Programação Financeira.

Objetivos específicos: estabelecer cooperação com os órgãos públicos responsáveis pela elaboração dos Decretos de Programação Financeira e contribuir para o cumprimento das tarefas correlatas.

Beneficiários: STN e MPOG.

Resultados alcançados: elaboração dos anexos de receita (administrada pela SRF e demais) e do Resultado Primário do Governo Central e das Estatais Federais, para compor os decretos de programação financeira.

p) Apuração do resultado dos fundos constitucionais

Objetivo geral: gerar informação adequada à elaboração do Resultado Primário do Governo Central acima da linha.

Objetivos específicos: calcular o resultado dos fundos regionais para compor o cálculo mensal e as projeções do Resultado Primário do Governo Central.

Beneficiários: STN, SOF, Assessoria Econômica/MPOG.

Resultados alcançados: cálculo do resultado dos fundos constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, administrado pelo Banco da Amazônia; Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, administrado pelo Banco do Brasil e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, administrado pelo Banco do Nordeste para compor o Resultado Primário do Governo Central.

q) Elaboração de projeções da carga tributária

Objetivo geral: assessorar o Ministro da Fazenda em matérias atinentes à evolução da carga tributária do País.

Objetivos específicos: acompanhar a evolução da arrecadação tributária do País e o efeito de alterações na legislação tributária, contribuindo para a elaboração de estudos correlatos à área tributária.

Beneficiários: Ministro da Fazenda.

Resultados alcançados: projeção da carga tributária do País, com base em informações da arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais, seguindo metodologia própria de classificação dos tributos. Adicionalmente, elaborou-se nota sobre a metodologia utilizada pelos diversos órgãos públicos para apurar a carga tributária com o intuito de embasar e justificar eventuais divergências relativamente à metodologia adotada pela SPE.

r) Acompanhamento dos pleitos para a contratação de operações de crédito junto a organismos internacionais, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), para o monitoramento de seus impactos sobre as necessidades de financiamento do setor público

Objetivo geral: acompanhar a contratação de empréstimos externos com vistas a monitorar seus impactos sobre as necessidades de financiamento do setor público.

Objetivos específicos: analisar, sob a ótica fiscal, os pleitos de empréstimos externos.

Beneficiários: Ministro da Fazenda.

Resultados alcançados: participação no Grupo Técnico da COFIEX (GTEC), cuja atividade primordial é a análise de pleitos dos entes públicos para a contratação de empréstimos externos. Os trabalhos do GTEC contemplam toda a etapa de contratação desses empréstimos, desde a análise da carta-consulta até o monitoramento da execução do projeto e avaliação de eventuais correções de rumo.

s) Notas de Acompanhamento Macroeconômico - Resenhas

Objetivo geral: analisar o desempenho das economias brasileira e internacional e a evolução de seus principais agregados.

Objetivo específico: proporcionar ao Ministro da Fazenda uma avaliação das economias brasileira e internacional, apontando os efeitos das medidas de política adotadas e elaborando cenários para a evolução dos principais indicadores. As notas adotam o formato de texto ou de apresentações, com gráficos e tabelas, sintetizando os principais aspectos da economia. Em seu formato diário, as notas matinais e vespertinas estão associadas à divulgação dos dados econômicos e à análise da evolução dos indicadores de mercado financeiro.

A resenha matinal contém uma breve análise sobre os dados divulgados no início do dia e visam posicionar o Secretário de Política Econômica e o Ministro da Fazenda sobre os indicadores mais recentes. As resenhas vespertinas proporcionam análises, de curtíssimo prazo, sobre o desempenho dos mercados de câmbio, de juros, bolsa de valores e mercado financeiro internacional. Nessa resenha, procura-se apresentar a percepção, diária, do mercado financeiro sobre o País, revelada pela evolução dos papéis da dívida brasileira e do *rating* da dívida do País.

Beneficiários: Ministro da Fazenda e demais autoridades que recebem as notas e as utilizam em seu processo de tomada de decisão.

Resultados alcançados: foram elaboradas 413 resenhas durante o ano de 2004.

t) Apresentações

Objetivo geral: atender compromissos do Ministro da Fazenda e do Secretário de Política Econômica para divulgação da política econômica em fóruns e seminários.

Objetivo específico: assegurar a transparência e divulgação de dados sobre o desempenho da economia brasileira e permitir uma visão coerente e unificada do ambiente econômico, facilitando a compreensão da realidade e a unidade nas ações de política econômica que estão sendo implementadas pelo governo.

Beneficiários: os beneficiários diretos são as autoridades que utilizam as apresentações e os indiretos são todos os que assistem às apresentações e tomam conhecimento das análises delas constantes.

Resultados alcançados: foram elaboradas 65 apresentações, demandadas pelo Secretário da SPE ou pelo Ministro da Fazenda.

u) Pareceres

Objetivo geral: efetuar análises específicas sobre propostas de política econômica e de medidas legislativas, que exijam posicionamento da Secretaria ou do Ministério da Fazenda.

Objetivo específico: os pareceres emitidos pela SPE procuram focar o tema discutido sob uma visão macroeconômica e coerente com os objetivos do governo. Quando se tratam de propostas do poder Legislativo, os pareceres visam levar àquele Poder um enfoque econômico das proposições, as quais quase sempre são de natureza setorial ou regional. Nos pareceres, busca-se a coordenação dos vários aspectos envolvidos: os específicos ao tema, os macro objetivos elencados no PPA, a estabilidade econômica e o equilíbrio das contas públicas, tendo como base as normas legais, particularmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Beneficiários: os beneficiários diretos são as autoridades do Legislativo e do Executivo que utilizarão os pareceres para fundamentar suas decisões e, indiretamente, a sociedade como um todo.

Resultados alcançados: 442 pareceres elaborados.

v) Projeções Econômicas

Objetivo geral: prover o Ministério da Fazenda de cenários econômicos.

Objetivo específico: a criação de cenários econômicos favorece a avaliação e a simulação do impacto das políticas públicas a serem adotadas. As projeções são fundamentais para a elaboração da

LDO e do PPA, cuja previsão de receitas e alocação de gastos para redução dos problemas apontados nas orientações estratégicas do governo.

Beneficiários: Ministério da Fazenda e demais órgãos que utilizam as projeções.

Resultados alcançados: foram elaboradas projeções, ao longo do ano, para a confecção da LDO, da LOA, das projeções fiscais e para o monitoramento dos indicadores macroeconômicos.

1.6 – Outras atividades

1.6.1 – Estudos

Reformas microeconômicas e crescimento de longo prazo

Este documento destacou as reformas microeconômicas que foram implementadas durante os dois primeiros anos do atual Governo, as encaminhadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional e que estão em análise pelo Poder Legislativo, e aquelas que ainda se encontram em estudo no Poder Executivo.

Tais reformas tiveram como eixo principal: (i) a promoção do aperfeiçoamento do mercado de crédito, de seguros e do Sistema Financeiro Nacional; (ii) a melhora da qualidade do Sistema Tributário; (iii) a ampliação dos mecanismos para a inclusão social; (iv) a redução do custo da resolução de conflitos no âmbito do Sistema Judiciário; e (v) a minimização dos custos de transação e a melhora do ambiente de negócios.

As medidas já implementadas, e aquelas que ainda se encontram em estudo, definem um quadro favorável ao crescimento econômico, em que o compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas e a responsabilidade fiscal é fator determinante para a sustentabilidade desse novo ciclo de desenvolvimento.

Estudos sobre o modelo habitacional do Chile

Com o objetivo de propor medidas para o aprimoramento das políticas habitacionais, a SPE realizou estudos sobre o modelo habitacional chileno, o qual é considerado um modelo de sucesso na América Latina. Esses estudos contemplaram uma revisão da literatura existente e a realização de missão técnica àquele país, cuja agenda foi elaborada em conjunto com a Comissão Econômica para

América Latina e Caribe (CEPAL), e contemplou diversas entrevistas com representantes de órgãos governamentais e entidades do setor privado.

Uma linha de estudos foi: *(i)* avaliar as políticas adotadas pelo governo chileno para desenvolvimento do mercado imobiliário, com especial atenção para o segmento que atende à população carente; *(ii)* analisar os mecanismos para redução do déficit de unidades habitacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do sistema.

A outra linha de estudos buscou avaliar o funcionamento do sistema na faixa denominada de habitação de mercado e, dessa forma, identificar os fatores que contribuem para sua sustentação e perspectivas de crescimento, levando em consideração o papel dos agentes públicos e privados.

Como resultado final, foi elaborado um relatório (não divulgado) detalhando as principais características do modelo habitacional chileno, dentre as quais se destacam as seguintes: *(i)* planejamento de longo prazo, que conjuga as ações da política de desenvolvimento econômico com as de política social; *(ii)* percepção, pela sociedade e pelos setores produtivos, da continuidade das políticas adotadas, o que reforça a credibilidade – um dos pilares de sustentação de qualquer modelo de desenvolvimento e requisito essencial para o bom funcionamento do mercado, porque permite a aferição dos riscos e cria ambiente favorável aos investimentos; *(iii)* revisão permanente do arcabouço regulatório, o que permite o atendimento das demandas identificadas no curto prazo e as correções necessárias para o funcionamento adequado do sistema no longo prazo; *(iv)* atuação do Estado somente nas ações em que o setor privado não revele interesse em atuar e na concessão de subsídio à demanda; *(v)* política de subsídios como fator de investimento social e indutor da formação de poupança doméstica.

Foi possível concluir, ainda, que a política de subsídio patrocinada pelo Chile tem sido fundamental para a sustentação e crescimento do setor habitacional, pois tem funcionado como alavanca para incentivo à atuação do setor privado, seja para a produção construtiva, seja para a movimentação do mercado de crédito e de títulos. Por seu turno, assume características de um programa de inclusão social, ao promover o acesso das famílias mais carentes à moradia.

Impactos da mudança do regime de tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

Esse estudo foi elaborado com o objetivo de avaliar os impactos da mudança do regime de tributação da Cofins de cumulativo para não-cumulativo. Foi realizada uma avaliação das razões que

justificam a adoção do regime não-cumulativo para a arrecadação desse tributo, utilizando-se metodologia própria para a definição da alíquota proposta para a Cofins não-cumulativa. Na conclusão do estudo são apresentadas simulações sobre o impacto da mudança na legislação da Cofins para os setores mais significativos da economia.

1.6.2 – Seminários

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre temas relevantes para a gestão da política econômica e visando aperfeiçoar o conhecimento dos técnicos da Secretaria, a SPE coordenou, em 2004, os seguintes seminários:

Restos a Pagar: Base Legal, Contabilização e Acompanhamento sob a ótica dos Decretos de Programação Financeira do Tesouro Nacional.

O seminário logrou a apresentação dos seguintes tópicos: (i) abordagem sobre as normas que regem a execução dos “restos a pagar” e os dispositivos que balizam a inscrição e a execução orçamentário-financeira desses dispêndios pelos diversos órgãos da administração pública; (ii) processo de contabilização dos dispêndios inscritos em Restos a Pagar (processados e não processados), e o acompanhamento via Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para elaboração dos demonstrativos correlatos, que compõem a execução financeira do Tesouro Nacional, disponível no endereço eletrônico da STN; (iii) metodologia de inserção dos Restos a Pagar no contexto dos Decretos de Programação Financeira do Tesouro Nacional; (iv) tratamento recente dos Restos a Pagar (iniciativas de monitoramento via Decreto) e os reflexos da execução desses dispêndios sobre as contas públicas.

Os passivos contingentes e a dívida pública no Brasil: evolução recente (1996-2003) e perspectivas (2004-2006)

O seminário analisou as razões que originaram os passivos contingentes do País, reportando-se às mudanças e reformas estruturais da década de noventa, ao forte crescimento da relação Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)/PIB no período 1996-2003 e ao papel do ajuste patrimonial no crescimento e nas condições de sustentabilidade da dívida pública.

A abordagem focalizou os seguintes tópicos: (i) exame dos aspectos gerais dos ativos/passivos contingentes; (ii) descrição do arcabouço legal-institucional; (iii) análise da evolução recente dos ativos/passivos contingentes e seus efeitos sobre a DLSP; e (iv) análise de perspectivas e desafios com orientações gerais de possíveis diretrizes de política pública.

O evento propiciou vários questionamentos sobre os efeitos macroeconômicos de programas e ações governamentais com potencial de geração de passivos contingentes.

Mecanismos de ajuste anticíclico da política fiscal

Nesse evento foram analisados os diversos aspectos associados à adoção de uma política fiscal anticíclica no País, cuja proposição e debates foram intensificados no momento de tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004.

Inicialmente, foram mencionados estudos empíricos que demonstraram o caráter pró-cíclico do orçamento público. Nos países em desenvolvimento, de modo geral, o orçamento do governo tem características pró-cíclicas, ou seja, nos momentos em que o produto real fica acima do produto de longo prazo, há uma forte ampliação do gasto público, o que, muitas vezes agrava desequilíbrios macroeconômicos. Por outro lado, nos momentos em que o produto fica aquém do nível de equilíbrio de longo prazo, o governo é compelido a adotar medidas para contração da despesa e/ou ampliação da carga tributária. Dessa forma, as políticas fiscais pró-cíclicas tendem a agravar as flutuações do produto real, amplificando a instabilidade associada aos ciclos econômicos.

Também foram avaliados aspectos restritivos para a gestão da política fiscal brasileira que, a princípio, impedem a adoção de uma política fiscal anticíclica, como por exemplo, a extensa vinculação de receitas e a existência de despesas obrigatórias no orçamento federal.

Nesse quadro, ponderou-se que a adoção de uma política fiscal anticíclica deveria, em um primeiro momento, avaliar a amplitude do ciclo econômico, ou seja, o desvio do PIB efetivo em relação ao PIB potencial. Posteriormente, deve ser estimada a elasticidade das receitas e despesas em um contexto de significativa vinculação de receitas e, em seguida, a análise do impacto das despesas obrigatórias no espaço fiscal potencial existente em um determinado ciclo econômico. Essa metodologia permite ainda a análise do efeito da rigidez orçamentária sobre outras medidas que permitam a melhora da qualidade do gasto público.

Gerenciamento da Dívida Pública Federal no Brasil

Esse evento foi importante para a compreensão de aspectos peculiares sobre a evolução e gerenciamento da dívida pública do País. Sua apresentação foi estruturada da seguinte forma: (a) gerenciamento da Dívida Pública Federal no Brasil - Estrutura Institucional; (b) objetivos e diretrizes do gerenciamento da dívida pública federal (incluindo o detalhamento do Plano Anual de Financiamento da

Dívida-PAF); (iii) medidas recentes para o desenvolvimento do mercado de títulos públicos; (iv) evolução do gerenciamento da Dívida Externa; e (v) orçamento da Dívida Pública Federal.

Contribuições da Contabilidade Pública para a análise e consolidação das contas do Governo Federal

O seminário abordou relevantes questões contábeis, apuradas a partir da análise operacional da execução do orçamento da União no SIAFI. Nesse evento foram evidenciados aspectos que contribuíram para aperfeiçoar a análise da consolidação das contas do governo federal.

Simplificação do Processo de Registro e de Legalização de Empresas

Esse seminário teve por objetivo identificar alternativas para tornar mais célere e ágil o processo de abertura e fechamento de empresas no Brasil. O evento teve a participação de representantes dos setores público e privado e permitiu ampliar o escopo das discussões que estão sendo realizadas pela SPE em conjunto com a SRF e o DNRC/MDIC, com a colaboração do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), além de outros órgãos e entidades que lidam com esse segmento.

As contribuições obtidas no seminário foram consolidadas em um relatório elaborado pela SPE, em conjunto com o DNRC e a SRF. Esse documento contempla importantes propostas, que permitem uma visão integrada do processo de registro e de legalização de empresas, sob a ótica dos setores público e privado.

1.6.3 Participação em Conselhos e Grupos de Trabalhos

A SPE participa de diversos órgãos colegiados, por designação específica ou como representante do MF. A seguir, é apresentada a relação dos conselhos:

- Câmara de Política Econômica (CPE)
- Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)
- Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC)
- Conselho Nacional de Desestatização (CND)

- Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)
- Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)
- Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Aberta e de Capitalização (CRSNSP)
- Conselho de Administração da Rede Brasileira de Promoção e de Investimentos – Investe Brasil
- Conselho Nacional de Turismo
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS)
- Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)
- Conselho Técnico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Conselho Administrativo – Brasil Veículos
- Conselho Administrativo – IRB Brasil Resseguros S.A
- Conselho Administrativo do Banco do Estado do Ceará (BEC)
- Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
- Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (COARIDE- Teresina)
- Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da DF e Entorno (COARIDE)
- Fórum de Acompanhamento da Agenda Comum para Melhoria da Circulação Urbana
- Comitê Nacional de Ouvidoria
- Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX)

- Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC)
- Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira (CPDS)
- Comissão Interministerial sobre o Comércio Exterior (CICE)
- Comissão Diretora do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM)
- Comissão de Ética do Ministério da Fazenda
- Fórum – Microempresa – Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
 - ✓ Comitê Temático “Investimento e Financiamento”
 - ✓ Comitê Temático “Formação e Capacitação Empreendedora”
 - ✓ Comitê Temático “Tecnologia e Inovação”
- Fóruns– Competitividade – Fóruns de Competitividade no Âmbito do MDIC
 - ✓ Fórum “Construção Civil”
 - ✓ Fórum “Têxtil e Confecções”
 - ✓ Fórum “Naval e Marinha Mercante”
 - ✓ Fórum “Serviços”
 - ✓ Fórum “Plástico”
- Grupo de Trabalho (GT) Interministerial para o Microcrédito
- GT do Sistema Nacional de Habitação Social e do Fundo Nacional de Habitação Social, inseridos no PL 2710/1992
- GT Agenda de Portos
- Grupos de discussão sobre Anteprojeto de Lei do Saneamento Ambiental.
- Comitê Técnico de Assuntos Rurais do Ministério da Fazenda

- GT sobre discussão do Salário Mínimo
- GT Interministerial para a Coordenação de Investimentos em Regiões Metropolitanas
- GT sobre o PL do Fundo da Educação Básica – Fundeb
- Plano de Ação Presidente Amigo da Criança e do Adolescente – PAMIGO
- Plano Nacional de Desburocratização – PNDESBU
 - ✓ Comitê Executivo Setorial

1.6.4 Audiências Concedidas

Em 2004, foram realizadas 78 audiências na SPE, com a participação do Secretário, Secretários-Adjuntos e técnicos. A agenda da Secretaria pautou-se pelo diálogo democrático, que pode ser atestado pela diversidade de interlocutores dessas audiências, quais sejam: representantes de empresas públicas e privadas; de organismos multilaterais; de embaixadas; de confederações patronais e de trabalhadores; de instituições financeiras públicas e privadas, dentre outros.

2 – Gestão Orçamentária

2.1 – Ocorrências na Programação de Fontes e Usos

A dotação orçamentária da Secretaria, no exercício sob exame, exclusivamente vinculada à Ação: 2066 – Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas, do Programa 1266 – Gestão da Política Econômica, de responsabilidade da Secretaria de Política Econômica, inserido no PPA 2004-2007, de acordo com a Lei nº 10.837/04 (Lei Orçamentária Anual – LOA/2004), de 16 de janeiro de 2004, foi de R\$ 630.242,00 (seiscentos e trinta mil, duzentos e quarenta e dois reais), destinados à Despesas Correntes e de Capital.

3 – Gestão Financeira

3.1 – Situação dos Recursos Disponíveis

As limitações determinadas à execução das dotações previstas no Orçamento Geral da União pelos Decretos de programação financeira editados pelo Governo Federal, impactam, de forma mais acentuada, as despesas de custeio dos diversos órgãos públicos.

Após a edição do Decreto nº 4.992, publicado em 18 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo, houve restrição à execução financeira da Secretaria de Política Econômica, na UG 170250, representando um corte na ordem de 18,7% (dezoito, sete por cento) do montante global dos recursos disponíveis. Assim, o valor dos limites para movimentação, empenho e pagamento, relativos aos grupos de despesas “3 – Outras Despesas Correntes” e “4 – Investimentos”, foi reduzido ao valor total de R\$ 512.380,00 (quinhentos e doze mil, trezentos e oitenta reais).

Embora os efeitos decorrentes da contenção de gastos públicos, necessária à obtenção e manutenção do equilíbrio das contas públicas, tenham ocasionado redução na disponibilidade financeira para o cumprimento de sua missão institucional, a SPE buscou atingir os objetivos traçados, resguardando os interesses da Administração Federal, levando em conta a eficiência, eficácia e economicidade, garantindo as condições essenciais de funcionamento.

3.2 – Situação dos Recursos Realizáveis

Levando-se em consideração a escassez de recursos, a SPE priorizou os serviços relevantes a custos economicamente viáveis, especialmente no que tange às despesas com deslocamento a serviço de servidores, diárias nacionais e internacionais.

A despesa realizada na Ação "Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas" alcançou, na UG 170250, o valor total de R\$ 396.656,84 (trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), caracterizando uma execução de 77,41%. Desse total, foram descentralizados R\$ 70.030,98 (setenta mil, trinta reais e noventa e oito centavos) para a UG 170016 e R\$ 3.941,22 (três mil, novecentos e quarenta e um reais e vinte e dois centavos) para a UG 170009.

Assim como nos exercícios anteriores, a despesa realizada foi destinada, principalmente, para o deslocamento de servidores que participaram de reuniões, grupos de trabalho, palestras, seminários, etc, fora da sede, tendo sido o gasto, no exercício, representado por cerca de 43,24% com a emissão de bilhetes de passagens aéreas e 14,63% com diárias, do total executado na retrocitada Unidade Gestora.

Entretanto, há outras despesas de manutenção da Secretaria de Política Econômica, que, por falta de um Programa de Trabalho específico, foram realizadas com recursos destinados à Ação do PPA 2004-2007 acima citada, situação que será regularizada a partir do exercício de 2005, com a utilização da ação "Gestão e Administração do Programa", criada no exercício em exame, para aportar recursos de custeio administrativo.

4 – Gestão Patrimonial

A administração da gestão patrimonial executou com eficiência as demandas internas da Secretaria de Política Econômica, buscando o seu atendimento tempestivo, tanto nos segmentos de suporte administrativo quanto na área finalística.

No que tange às aquisições de material permanente, ao longo do exercício, objetivou-se, prioritariamente, suprir carência identificada no segmento concernente aos recursos de informática, em quantitativos minimamente necessários, indispensáveis ao bom andamento das atividades rotineiras, retratados sinteticamente no subitem 4.2 deste relatório.

Outro quesito pontuado no planejamento de acréscimos no acervo patrimonial da Secretaria, envolveu a sistemática substituição das cadeiras, agora ergonômicas, de uso contínuo dos servidores, que permanecem sentados considerável parcela de sua carga horária diária, indo ao encontro da decisão de promover melhorias na adequação das condições do ambiente de trabalho, como forma de contribuir, mesmo que indiretamente, para a valorização do servidor.

Ainda nessa linha de adequabilidade das condições rotineiras de trabalho, alguns serviços foram prestados por empresas do ramo de recuperação de mobiliário, substituição de carpete e manutenção de persianas, por exemplo. Da mesma maneira, algumas aquisições de material de consumo foram realizadas, visando manter a disponibilidade de itens básicos, e secundariamente outros direcionados para demandas específicas e esporádicas, todas pautadas pelo princípio da economicidade, contribuindo para a otimização da execução orçamentária e financeira da Secretaria.

Com referência aos serviços de apoio logístico, suas funções correlatas usuais, tais como: reprodução de documentos, encadernação de trabalhos, distribuição de jornais e revistas, atendimento às solicitações de serviços de chaveiro, controle da disponibilização e utilização do serviço de transporte oficial a serviço, solicitação de reparos nas instalações físicas, elétricas e lógicas da Secretaria, dentre outras, transcorreram sem inexecuções relevantes identificadas. Para o apoio das atividades diárias/normais, a SPE conta com serviços terceirizados como secretárias, garçom, copeira, recepcionistas e guardetes.

4.1 – Adequação de Perfil e dos Quantitativos

dos Recursos de Suporte

Os recursos de infra-estrutura disponíveis no âmbito das áreas de suporte administrativo são adequados, considerando-se suas atribuições operacionais. A readequação do *layout* da área administrativa da SPE, ocorrida em exercício anterior recente, possibilitou otimizar o espaço físico disponível, além da substituição de razoável percentual do mobiliário, garantindo melhores condições de alocação e trabalho aos profissionais que compõem a equipe, através da conquista de um ambiente que expressa funcionalidade e modernidade. Houve a ocorrência esporádica de manutenção, pequenos ajustes e/ou complementações no decorrer do exercício em referência, sem causar transtornos ou impactos negativos na rotina dos servidores, apenas dando melhor disposição às instalações, elétricas e lógicas principalmente.

dos Recursos Finalísticos

A infra-estrutura na área finalística não se encontra em boas condições, fundamentalmente aquela relacionada às condições físicas das instalações. Grande parcela dos esforços envolvidos na gestão patrimonial esteve voltada a minimizar, com relativo sucesso, os problemas advindos da situação evidenciada. Embora a Secretaria tenha envidado esforços, desde o segundo semestre de 2003, não foi possível, no decorrer do exercício de 2004, promover a respectiva readequação do *layout*, nos moldes adotados na área administrativa.

Efetivamente os serviços correlatos seriam executados por empresa a ser contratada para atender demandas desse tipo no Ministério, através da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MF. Entretanto, os procedimentos burocráticos e/ou respectivos processos licitatórios não foram concluídos, tornando necessário postergar o prosseguimento das tratativas acerca do assunto, incluindo tal expectativa no planejamento de metas e objetivos para o exercício vindouro.

4.2 – Adequação Tecnológica

Os serviços rotineiros de informática prestados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, mediante inclusão da SPE no contrato mantido com aquela empresa, sob responsabilidade da SPOA/MF, referem-se à administração do site (armazenagem e manutenção da página), estações de trabalho ligadas em rede, acesso discado, serviço de mensagens (*Outlook*), pontos de Agências de Notícias e manutenção corretiva, sem perceptível alteração no panorama orçamentário e financeiro aportado para a Tecnologia da Informação.

Importa notar que os serviços prestados pelo SERPRO não estão associados ao desenvolvimento de um sistema de informações ou a qualquer serviço de programação e/ou de fornecimento de *softwares* específicos às atividades inerentes ao desenvolvimento das funções e atribuições da Secretaria.

Não significando executar o serviço contratado, mas resolver pequenas demandas que podem ser atendidas internamente pela equipe existente, já que o suporte feito pelo SERPRO nem sempre é ágil como desejado, o suporte técnico dos equipamentos tais como periféricos, instalação, configuração, remanejamento e cópia de segurança, assim como o suporte aos usuários com instalação de *softwares*, configuração, desenvolvimento, acionamento e acompanhamento das chamadas junto ao SERPRO,

foram de fundamental importância para o bom andamento dos serviços na SPE e tem trazido economia de tempo associada ao aumento da produtividade nas atividades da Secretaria.

Comparando o parque tecnológico de 2003 com o de 2004, percebeu-se uma evolução significativa na configuração das estações de trabalho utilizadas pelos usuários da Secretaria, como resultado de negociação realizada com a Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE deste Ministério e o SERPRO. Não caracterizando, entretanto, condição ideal, pois, em vários casos, ainda se observa a insuficiência de espaço para armazenamento de informações na memória do disco rígido ou em rede e a não adequação das configurações dos equipamentos comparativamente ao volume de informações tratadas, por exemplo.

No intuito de melhorar o quadro tecnológico, apesar das restrições orçamentárias, foram realizadas aquisições tais como: microcomputadores dispendo de maior capacidade de processamento e melhor configuração, para atender demandas específicas de determinados técnicos; HD's externos de 120Gb, objetivando agilizar a rotina de cópias de segurança (*backup*), além de armazenar *softwares* que auxiliam os usuários, oferecendo mais rapidez e confiabilidade, minimizando a perda de informações; gravadores externos de dados, tipo *pen driver*, com capacidade de armazenamento de 256Mb, que auxiliam no transporte de grande volume de informações e um digitalizador de imagens.

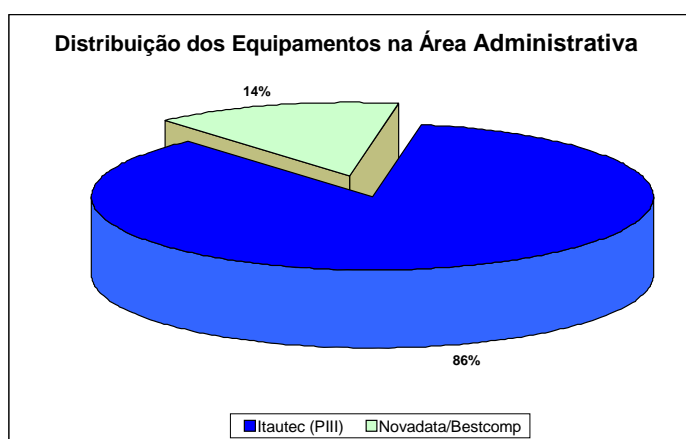
No que envolveu captação, armazenamento e tratamento de dados, com a finalidade de apoiar as operações dos usuários, provendo-lhes de informações confiáveis, disponíveis e úteis, foi desenvolvida em tecnologia WEB a reformulação do site da SPE (www.fazenda.gov.br/spe), através da migração do sistema estático para dinâmico, permitindo, assim, a atualização e manipulação dos dados com maior confiabilidade. O novo *layout*, mais "amigável", facilita a navegação do público, dando mais transparência nos trabalhos desenvolvidos pela SPE.

O servidor de arquivos (L:) teve suas pastas e subpastas reestruturadas e gerenciadas para facilitar o intercâmbio e a disponibilização de informações dotadas de relevância e propósito, apoiando as operações e decisões dos técnicos das diversas áreas da Secretaria.

dos Recursos de Suporte

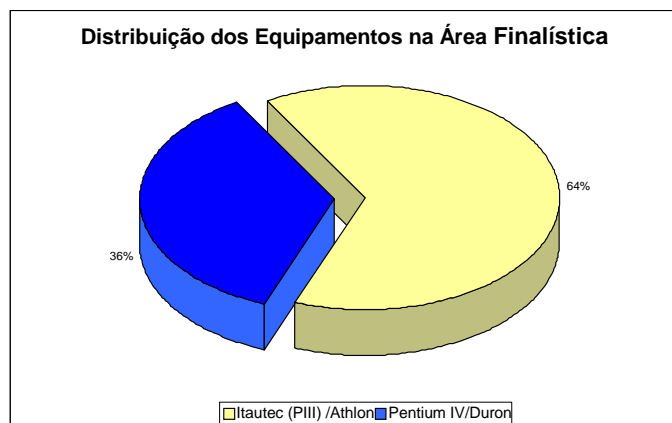
No que concerne à disponibilidade de equipamentos de informática na SPE, em sua quase totalidade de propriedade do SERPRO, no âmbito da área de suporte administrativo, apresentam as seguintes características:

- ✓ Microcomputadores com 128 Mb de memória RAM, 10 Gb de HD, driver CD-ROM 52x, processador PENTIUM III, correspondem a 86% do total de equipamentos instalados;
- ✓ os 14% restantes com 128 Mb de memória RAM, 20 Gb de HD, driver CD-ROM 52x, processador AMD ATHLON.



dos Recursos Finalísticos

Os equipamentos utilizados pela área finalística, em sua maioria (64%) mantém as mesmas configurações observadas nos melhores equipamentos disponíveis à área administrativa. Os demais (36%) são de superior qualidade, PENTIUM IV ou equivalente. Entretanto, pela própria atividade da Secretaria, necessita-se de constante atualização.



5 – Gestão de Pessoas

Para consecução de suas atribuições regimentais a Secretaria, área finalística e de suporte administrativo, conta com um efetivo de 81 (oitenta e um) profissionais – posição em 31/12/2004, sendo 24(vinte e quatro) na área finalística e 57 (cinquenta e sete) na área de suporte administrativo, neste último incluso secretárias, 17 (dezesete) terceirizados e 9 (nove) estagiários.

O quantitativo de profissionais com perfil técnico para atuação na área finalística da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda exige um esforço concentrado da equipe para o cumprimento de sua missão institucional. É importante ressaltar, nesse contexto, a inexistência de uma carreira própria e específica para compor o quadro técnico da SPE, fato este que dificulta a adequação do quantitativo de pessoal às necessidades requeridas para o desempenho das atribuições da Secretaria. Válido mencionar que as dificuldades associadas à gestão do quadro técnico de pessoal da SPE se mantêm desde gestões anteriores.

Para cumprir sua missão institucional, a SPE conta, além da concentração de servidores pertencentes ao Plano de Classificação de Cargos – PCC no âmbito das áreas de suporte administrativo, com profissionais de outros órgãos do Ministério da Fazenda, principalmente servidores da carreira Analista de Finanças e Controle, da Secretaria do Tesouro Nacional/MF; outros órgãos públicos, em sua maioria servidores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da carreira Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, além de profissionais sem vínculo com o serviço público, condição que gera uma relação direta e estreita com o número de cargos comissionados disponíveis.

Nesse contexto, observa-se alguns fatores que dificultam a captação e manutenção de pessoal qualificado: a legislação vigente – Lei nº 4.050, de 12/12/2001, na maioria dos casos, condiciona

a requisição de servidores à assunção de cargo comissionado; no caso da Secretaria do Tesouro Nacional, a Portaria STN nº 261, de 06 de maio de 2003, inviabilizou a requisição de servidores daquela carreira, face aos condicionamentos ali estabelecidos.

5.1 – Condições de Remuneração/Manutenção

No Ministério da Fazenda cabe à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA a execução de despesas com pessoal, com subordinação direta ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é responsável pela folha de pagamento de servidores públicos, seguindo estritamente as regras ditadas pelo governo federal.

Quanto à manutenção de despesas relacionadas a diárias e passagens nos deslocamentos de servidores desta Secretaria, há informações a respeito no subitem 3.2 deste relatório.

5.2 – Ações de Valorização do Servidor

Mencionando as metas e objetivos do Programa de Valorização do Servidor Público, cabe citar que a Secretaria não tem ações inseridas com essa finalidade no PPA.

Entendendo que a capacitação de pessoal mantém estrita relação com a valorização do servidor e, sensível ao fato de que é uma das ferramentas indispensáveis para atingir o cumprimento de suas competências regimentais, a Secretaria buscou a disponibilidade de treinamentos, cursos e seminários gratuitos ou eventuais cortesias e/ou parcerias, observadas as competências de sua área de atuação, tanto finalística quanto administrativa, uma vez que as restrições orçamentárias para 2004 tornaram insuficientes os limites destinados à capacitação de servidores do Ministério da Fazenda.

A SPE indicou servidores para participação em eventos relevantes como, por exemplo, o curso sobre "Desenvolvimento Econômico e Economias de Mercado", oferecido e custeado pela Agência de Cooperação Internacional da Coreia/KOICA, realizado em Seul/Coreia do Sul; cursos oferecidos pela Escola de Administração Fazendária – ESAF, em parceria com o Fundo Monetário Internacional – FMI, através do Centro Regional de Capacitação para a América Latina no Brasil – CCB.

Objetivando adequabilidade de treinamento e atualização técnica de sua equipe, a Secretaria de Política Econômica elaborou e encaminhou à Coordenação-Geral de Recursos Humanos deste Ministério, o Plano Setorial de Aprendizagem Permanente – PSAP, onde foram elencadas as ações de

capacitação de servidores a serem incluídas no Plano Anual de Aprendizagem Permanente do Ministério da Fazenda, para o exercício de 2005, diferentemente do exercício anterior, em que tal procedimento não foi solicitado por aquela Coordenação.

Pertinente mencionar, também, a iniciativa do Ministério da Fazenda em instituir o “Programa de Premiação de Desempenho Funcional”, com a publicação da Portaria nº 43, de 6 de fevereiro de 2002, onde a SPE tem tido a oportunidade de ver premiados servidores de sua equipe que demonstraram atuação profissional acima da média.

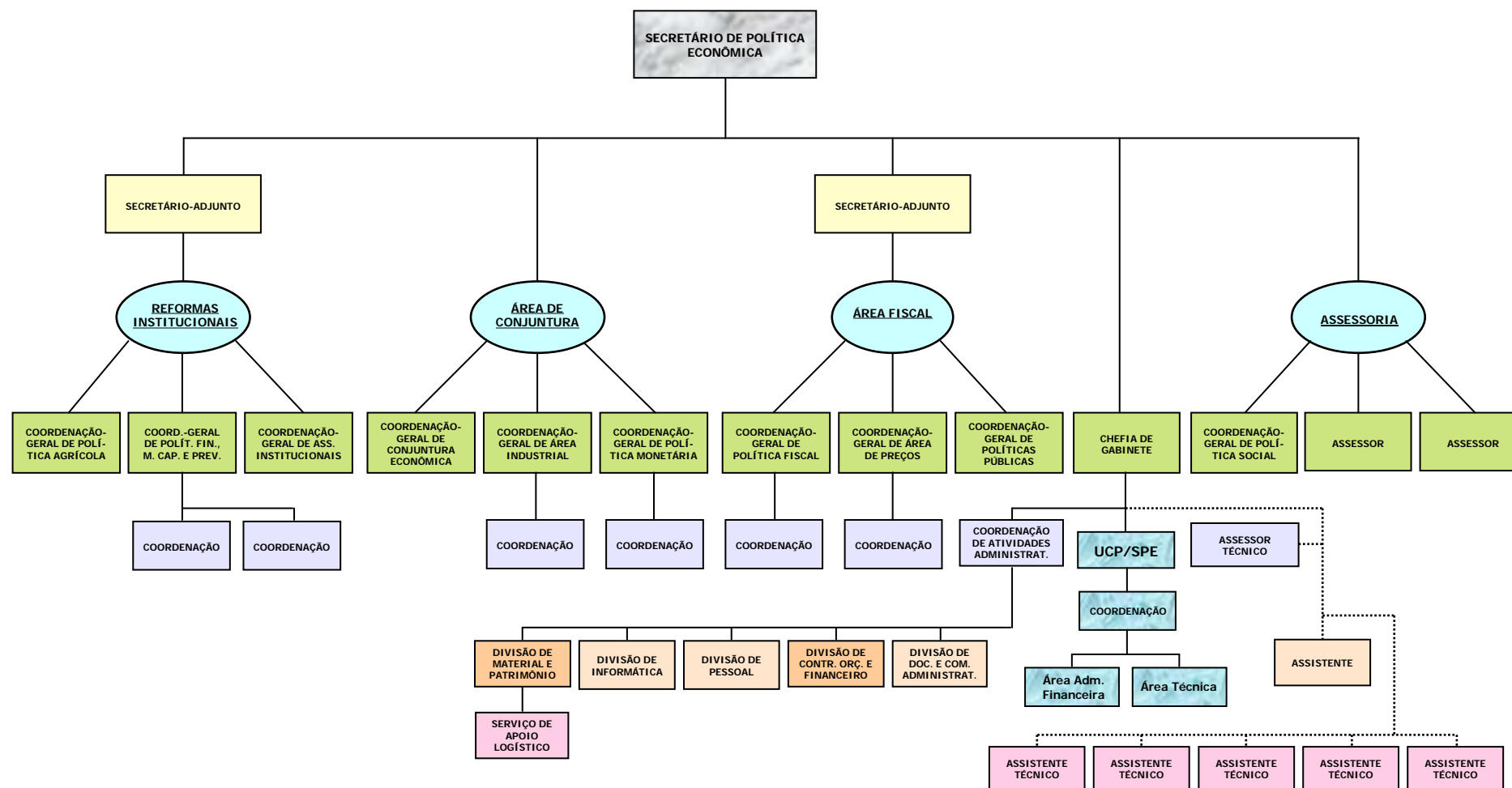
5.3 – Implicações na Terceirização de Mão-de-Obra

A utilização de mão-de-obra terceirizada na Secretaria de Política Econômica é exclusivamente proveniente do contrato de prestação de serviços de suporte operacional e de apoio técnico-administrativo e atividades auxiliares para atender à demanda do Ministério da Fazenda, que objetiva minimizar a carência de pessoal na área de suporte administrativo, restrito, entretanto, a determinadas categorias profissionais específicas.

5.4 – Desdobramentos das Ações Disciplinares - Correicionais

Não houve ocorrências de Ações Disciplinares e Correicionais no âmbito da Secretaria de Política Econômica.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA - O R G A N O G R A M A



Posição em 31/12/2004

6 – Gestão de Suprimento de Bens e Serviços

6.1 – Ocorrências nas Contratações

Há despesas de cunho administrativo na Secretaria de Política Econômica, que, devido à inexistência de orçamento específico para custeio, assim como ocorre em vários outros órgãos, também foram realizadas com a dotação orçamentária aportada para a Ação: 2066 – Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas, integrante do Programa 1266 – Gestão da Política Econômica, incluso no PPA 2004-2007, tais como: pequenas compras e serviços, recuperação de mobiliário, aquisição de cadeiras, etc. Além das descentralizações financeiras realizadas para a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, a fim de custear, por exemplo, contratação de estagiários.

Entretanto, consoante à recomendação da Secretaria Federal de Controle Interno sobre o tema, as tratativas para a solução da questão redundaram na criação de ação denominada “Gestão e Administração do Programa”, para o programa supramencionado, sob responsabilidade desta Secretaria, incluso no PPA 2004-2007, objetivando a alocação de recursos para a realização de despesas de custeio administrativo, a partir do exercício de 2005.

Desse modo, quando solicitado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA/MF, recursos foram realocados da ação finalística “Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas” para a nova ação, na Proposta Orçamentária 2005.

7 – Processos de Controle

Não houve ocorrências de Diligências do Tribunal de Contas da União.

No tocante às recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno, apenas a que trata da programação de meta física não foi implementada. A justificativa da Secretaria, apresentada à Equipe de Auditoria, encontra-se retratada no item 1 do presente relatório.

8 – Unidade de Coordenação do Programa PACE

Embora não tenha havido execução, apenas um repasse de contrapartida, uma vez que o contrato de empréstimo ainda não foi assinado, é importante registrar que foi constituída na Secretaria de Política Econômica – SPE, sob a supervisão do Secretário de Política Econômica, a Unidade de Coordenação do Programa (UCP/SPE) do Programa de Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável – PACE, através da Portaria nº 258, de 16/09/2004, e alterada pela Portaria nº 412, de 28/12/2004, como unidade responsável pela coordenação e execução do Programa PACE e das ações relacionadas ao Programa junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e aos Ministérios e entidades participantes do Programa.

Mesmo não havendo execução, a Setorial de Contabilidade deste Ministério, através da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MF, encaminhou a esta Secretaria as Demonstrações Contábeis concernentes à Unidade Gestora criada para execução de recursos da UCP/SPE. Assim sendo, os mesmos serão integrados ao processo de tomada de contas anual da Secretaria de Política Econômica, referente ao exercício de 2004.

Unidade Gestora: 170403

Número do CNPJ: 00.394.460/0442-70

Natureza Jurídica: Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bl. P, 3º andar, sala 319

Função de Governo: Administração

Tipo de Atividade: Operação de Crédito

Responsáveis:

Supervisor – Marcos de Barros Lisboa;

Supervisor por delegação de competência – Lísio Fábio de Brasil Camargo;

Ordenador de Despesas - Marcelo Leandro Ferreira;

Ordenador de Despesas Substituto – Rosângela Fragoso de Mendonça Santiago;

Gestor Financeiro – Lúcia Campelo da Silva;

Gestor Financeiro Substituto – Keila Vieira Rabelo;

Conformidade Documental – Vera Lúcia Pinheiro Fernandes, titular e Mary Vieira Gomes substituta.

A UCP/SPE tem como função a coordenação da execução do Programa PACE e apoiar a execução de projetos e estudos que busquem promover, no âmbito do Programa, reformas microeconômicas nas áreas de: (i) **logística**, onde a prioridade é reduzir o custo do despacho aduaneiro, dos serviços portuários e do transporte rodoviário, bem como estimular o desenvolvimento do transporte multi-modal; (ii) **clima de negócios**, cujo foco está no aperfeiçoamento do marco regulatório para os setores de infra-estrutura, no controle de abuso do poder econômico (defesa da concorrência), na simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas e na reforma do arcabouço legal que rege os processos falimentares; (iii) **sistema financeiro**, cujo objetivo é promover o aumento da competição do setor bancário, aprimorar os mecanismos de controle do risco sistêmico, favorecer a mobilização de recursos de longo prazo no setor de seguros e criar mecanismos eficientes de ampliação do acesso ao crédito e aos serviços financeiros para os pobres e para as pequenas e médias empresas; e (iv) **inovação**, cujo objetivo é aumentar a efetividade dos recursos públicos aplicados em P&D, estimular a inovação no setor privado e incentivar os processos de inovação atrelados ao mercado de crédito de carbono previstos pelo Protocolo de Kioto.

De forma a incentivar a promoção de reformas em todas suas áreas, o PACE conta com a participação de 20 (vinte) entidades governamentais, sendo 4 (quatro) Ministérios: Fazenda, Justiça, Ciência e Tecnologia e Transportes e 16 (dezesesseis) outros entes que compreendem secretarias ministeriais, autarquias e agências reguladoras.

Os responsáveis pelo projeto serão: o Ministério da Fazenda e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), o Ministério da Justiça e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Metas Físicas/Financeiras – 2004

As metas estabelecidas para realização em 2004 descritas a seguir, deixaram de ser executadas tendo em vista que o crédito suplementar dos recursos para o programa somente foram disponibilizados em 31 de dezembro de 2004:

1. Elaboração e revisão dos Termos de Referência necessários à execução da Assistência Preparatória e da fase principal do Projeto - Previsão: R\$ 185.785,70 equivalente a US\$ 68.500,00;

2. Disponibilização de insumos técnicos, estudos e diagnósticos necessários à adequada execução da Fase Principal do Projeto de Assistência à Implementação do Programa de Apoio Crescimento Equitativo e Sustentável - Previsão: R\$ 314.842,40 equivalente a US\$ 116.620,00;
3. Instrumentalização da Unidade de Execução de Programa (UEP) da SUSEP e da Unidade de Coordenação do Programa (UCP/SPE), para a adequada e eficiente execução do Programa – Previsão: R\$ 23.053,70 equivalente a US\$ 8.500,00;
4. Elaboração e aprovação do Documento de Projeto (PRODOC) de Cooperação Técnica – Previsão: R\$ 15.000,00 equivalente a US\$ 5.000,00;
5. Apoio à UCP/SPE/MF para a adequada coordenação, execução e gerenciamento do Projeto de Cooperação Técnica com o PNUD (BRA/04/016–PACE) – Previsão: R\$ 106.318,20 equivalente a US\$ 39.200,00.

LEI ORÇAMENTÁRIA (crédito suplementar)

Entidade: SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA/SPE

Unidade de Coordenação de Programa:

Classificação Programática: 04.123.1266.2066.0001

Unidade Gestora/UG: 170403

Fonte Externa (BIRD): R\$ 541.800,00

Fonte Local (Contrapartida): R\$ 103.200,00

TOTAL: R\$ 645.000,00

Como o Crédito suplementar foi disponibilizado pela SOF somente em 31.12.04, os recursos foram empenhados e inscritos em restos a pagar, para execução no exercício 2005.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BIRD

O contrato de empréstimo encontra-se em tramitação no Tesouro Nacional para parecer e posterior encaminhamento à PGFN com vistas aos procedimentos de encaminhamento para aprovação legislativa.

Orçamento Global do Programa

Fonte Externa (BIRD): US\$ 12.120.000,00

Fonte Local (Contrapartida): US\$ 2.280.000,00

Total: US\$ 14.400.000,00

DESCRIÇÃO DE INDICADORES:

Tendo em vista que não houve execução do Programa no exercício sob exame, os indicadores não puderam ser medidos.

INDICADORES ESTABELECIDOS PARA O PROGRAMA

Objetivo do Programa	Indicador no Final do Programa	Uso das informações das conseqüências
<p>Apoiar o Governo na implementação de seu programa de crescimento</p>	<p>Número de resultados intermediários utilizados (ex. estratégias ou principais recomendações dos planos de ação implementados ou sistemas em operação) para apoiar a consecução de objetivos do programa de crescimento selecionados</p>	<p>- Avaliação do desempenho do programa de assistência técnica</p>
<p>Objetivo de Desenvolvimento do Programa Apoiar o Governo na preparação e implementação da próxima fase do seu programa de crescimento</p>	<p>Indicador de Conseqüência Massa crítica de resultados intermediários chaves atingidas</p>	<p>Uso das informações das conseqüências - Re-alocação dos recursos das atividades/entidades com baixo desempenho para aquelas com melhor desempenho, como parte das avaliações anuais conjuntas - Decisão sobre a segunda fase do programa de assistência técnica</p>
<p>Resultados Intermediários Chaves Componente Um: Redução dos Custos Logísticos - Plano estratégico para a Alfândega e plano de reestruturação dos procedimentos de liberação aduaneira aprovados e divulgados - Plano de reforma portuária, programa de reestruturação de empresas de docas, e estrutura do sistema de contabilidade regulatória da ANTAQ aprovados e divulgados - Plano estratégico para as estradas e programa de reforma gerencial aprovados e divulgados - Plano de Ação para fortalecimento da capacidade de PPP do MT aprovado e divulgado, estruturas do sistema de M&A do MT estabelecidas, e modelos de avaliação das concessões da ANTT aprovados e divulgados</p>	<p>Indicadores de Resultados para Cada Componente Componente Um: Número de atividades correlatas financiadas sob o projeto concluídos satisfatoriamente, e produtos correspondentes encaminhados à autoridade decisória</p>	<p>Uso das informações dos resultados Componente Um: - Medidas corretivas durante a implementação das atividades para garantia de qualidade e tempestividade na consecução dos produtos - Re-alocação dos recursos das atividades/entidades com baixo desempenho para aquelas com melhor desempenho, como parte das avaliações anuais conjuntas</p>

<p>Componente Dois: Melhoria do Ambiente de Negócios - Recomendações para melhoria dos processos do sistema de defesa da concorrência aprovadas e divulgadas - Plano de ação para fortalecer a legislação relativa à insolvência corporativa aprovado e divulgado - Recomendações para melhorar o desempenho do sistema judicial na solução de disputas econômicas nos setores público e privado aprovadas e divulgadas</p>	<p>Componente Dois: Número de atividades correlatas financiadas sob o projeto concluídos satisfatoriamente, e produtos correspondentes encaminhados à autoridade decisória</p>	<p>Componente Dois: - Medidas corretivas durante a implementação das atividades para garantia de qualidade e tempestividade na consecução dos produtos - Re-alocação dos recursos das atividades/entidades com baixo desempenho para aquelas com melhor desempenho, como parte das avaliações anuais conjuntas</p>
<p>Componente Três: Melhoria da Eficiência e Abrangência do Sistema Financeiro Planos de Ação aprovados e divulgados para: - promoção de estruturas competitivas no setor bancário - facilitação do acesso ao crédito - desenvolvimento dos mercados de capital - fortalecimento institucional da SUSEP</p>	<p>Componente Três: Número de atividades correlatas financiadas sob o projeto concluídos satisfatoriamente, e produtos correspondentes encaminhados à autoridade decisória</p>	<p>Componente Três: - Medidas corretivas durante a implementação das atividades para garantia de qualidade e tempestividade na consecução dos produtos - Re-alocação dos recursos das atividades/entidades com baixo desempenho para aquelas com melhor desempenho, como parte das avaliações anuais conjuntas</p>
<p>Componente Quatro: Aumento da Capacidade de Inovação - Plano de ação para reforma e M&A dos fundos do setor aprovado e divulgado - Estrutura aprovada e divulgada para a implementação da Lei de Inovação - Elaboração de um projeto piloto para inclusão digital e social aprovado e divulgado - Organização para avaliação e certificação de projetos de MDL aprovados e divulgados - Estratégia do Ministério para promover o crescimento da indústria de nanotecnologia aprovada e divulgada</p>	<p>Componente Quatro: Número de atividades correlatas financiadas sob o projeto concluídos satisfatoriamente, e produtos correspondentes encaminhados à autoridade decisória</p>	<p>Componente Quatro: - Medidas corretivas durante a implementação das atividades para garantia de qualidade e tempestividade na consecução dos produtos - Re-alocação dos recursos das atividades/entidades com baixo desempenho para aquelas com melhor desempenho, como parte das avaliações anuais conjuntas</p>

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS:

Não houve execução do Programa no exercício sob exame.

Medidas a Implementar para a execução do Programa:

Componente do Ministério da Fazenda (US\$ 4.3 milhões)

a. Beneficiário: Administração da Alfândega (US\$ 2.98 milhões)

O componente consiste no primeiro conjunto de atividades necessárias para implementar a estratégia de modernização da Alfândega recentemente aprovada:

- Plano estratégico para modernização da Alfândega: contratação de uma empresa de consultoria para formular tal plano e contratação de especialistas para consultoria em relação a questões específicas, tais como: necessidade de reestruturação organizacional, elaboração do programa de treinamento e desenvolvimento de um programa de integridade na Alfândega (US\$ 0.2 milhões).
- Reestruturação dos procedimentos aduaneiros e integração dos sistemas:
 - Reestruturação dos procedimentos aduaneiros, incluindo a contratação de uma empresa de consultoria para identificar necessidades de reestruturação, de acordo com a melhor prática internacional (US\$ 0.2 milhões), bem como a contratação de especialistas para consultoria em relação a questões como: desenvolvimento de procedimentos de gestão de risco, agilização de procedimentos gerenciais para armazéns alfandegados, revisão de procedimentos de despacho aduaneiro e estabelecimento de um sistema de monitoramento de tempo de liberação (US\$ 0.22 milhões);
 - Melhoria da automatização dos sistemas da Alfândega, incluindo melhorias do subsistema de autorização, desenvolvimento do subsistema de liberação antecipada, bem como o desenvolvimento de subsistemas de monitoramento. A modernização será apoiada pela contratação de uma empresa principal de consultoria para ajudar a Alfândega a definir a natureza das melhorias ou a estrutura e a base de informação de subsistemas específicos (US\$ 0.3 milhões), contratação de duas empresas de consultoria para melhorar/desenvolver subsistemas específicos (US\$ 0.2 milhões cada), contratação de especialistas para prestar assessoria técnica em questões específicas (US\$ 0.15 milhões), e aquisição de computadores e *software* (US\$ 0.14 milhões); e

- *Melhorias na segurança portuária/de cargas,¹* através da contratação de duas empresas de consultoria para (i) preparar um diagnóstico da capacidade de segurança nos principais portos brasileiros (US\$0.15 milhões) e (ii) desenvolver um plano de ação para assegurar a conformidade dos portos brasileiros com o Código Internacional de Segurança de Portos e Embarcações (ISPS) da Organização Marítima Internacional e, especificamente, para o Porto de Santos (São Paulo), de acordo com as exigências da *US Container Security Initiative* (CSI) (US\$ 0.07 milhões).

b. Beneficiário: **Secretaria de Política Econômica (US\$ 0.42 milhões)**

O componente consistirá em estudos para o desenvolvimento eficiente de mercados financeiros e redução da insegurança jurídica nas operações de créditos. Em consequência, espera-se uma redução dos custos do crédito e dos *spreads*.

A primeira parte do projeto envolve estudos contratados junto a consultores individuais que analisarão e recomendarão ações de política para melhorar a concorrência no setor financeiro, apoiar a expansão do acesso financeiro para os pobres e avaliar os custos de medidas recentes, e apoiar o desenvolvimento de mercados de capital, especialmente em áreas como financiamento imobiliário. A metodologia incluirá abordagens teóricas e empíricas, com atenção especial às normas e experiências internacionais. As primeiras atividades a serem executadas consistirão na preparação dos Termos de Referência detalhados para estudos visando melhorar a concorrência no setor financeiro, o acesso ao crédito financeiro e o desenvolvimento de mercados de capital, através da contratação de três especialistas (US\$ 0.02 milhões para cada contrato).

Uma segunda área de atividades visa, especificamente, simplificar os procedimentos para abertura e fechamento de empresas. A primeira atividade, para determinar o escopo da simplificação, será contratada junto a um especialista (US\$ 0.02 milhões).

c. Beneficiário: **Secretaria de Acompanhamento Econômico (US\$ 0.3 milhões)**

¹ Melhorias na segurança dos portos serão definidas em colaboração com o Ministério dos Transportes.

O componente ajudará a fortalecer a SEAE para permitir uma participação mais eficiente da Secretaria na análise dos impactos econômicos de casos de defesa da concorrência. As primeiras atividades a serem incluídas sob o projeto são:

- definição e implementação de um plano de ação para a modernização dos procedimentos da Secretaria, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.15 milhões);
- estabelecimento de capacidade de assessoria jurídica para assegurar a consistência jurídica das avaliações e recomendações da SEAE, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.08 milhões);
- solução de questões técnicas específicas, como meio de fornecer treinamento prático aos funcionários da Secretaria, através da contratação de especialistas (US\$ 0.07 milhões).

d. Beneficiário: Superintendência de Seguros Privados (US\$ 0.6 milhões)

O componente fornecerá a plataforma para o desenvolvimento institucional da SUSEP e a melhoria contínua na regulamentação, supervisão e acompanhamento do setor de seguros.

As primeiras atividades do projeto serão:

- análise e desenvolvimento do plano detalhado de desenvolvimento institucional, trabalhando com consultores e incorporando mudanças regulatórias, práticas supervisoras, desenvolvimento de recursos humanos e infraestrutura (US\$ 0.08 milhões);
- aquisição de computadores identificados e desenvolvimento de *software* de supervisão correspondente (US\$ 0.20 milhões);
- desenvolvimento subsequente de novas circulares, manuais de procedimentos e treinamento resultantes do plano de desenvolvimento (US\$ 0.32 milhões).

Componente do Ministério da Justiça (US\$ 1.61 milhões)

a. Beneficiário: Secretaria de Direito Econômico (US\$ 0.77 milhões)

O componente prestará apoio à SDE para preparar a implementação e aplicação da nova Lei de Falências. As primeiras atividades a serem financiadas incluem:

- Contratação de especialistas para ajudar à SDE a melhorar a eficiência da instrução judicial em casos de truste e comportamento anti-competitivo, consolidando e melhorando a consistência dos procedimentos administrativos, para minimizar o risco de cancelamento de decisões administrativas devido a vício de forma (US\$ 0.12 milhões);
- Aquisição de computadores e *software* para modernizar e expandir o sistema de administração de instruções da SDE (US\$ 0.03 milhões);
- Contratação de uma empresa de consultoria para ajudar a SDE a identificar as mudanças necessárias para melhorar a capacidade da SDE de executar atividades relacionadas à legislação falimentar no Brasil e preparar recomendações para a realização de tais mudanças (US\$ 0.15 milhões);
- Contratação de uma empresa de consultoria para: (i) desenvolver um programa de treinamento para juízes e funcionários do judiciário objetivando promover a conscientização das mudanças que estão ocorrendo na legislação falimentar; e (ii) estabelecer procedimentos apropriados de acompanhamento de processos, permitindo o acúmulo de jurisprudência desde o início da introdução da nova legislação (US\$ 0.2 milhões para cada contrato).

b. Beneficiário: Secretaria de Reforma do Judiciário (US\$ 0.24 milhões)

O componente ajudará a projetar melhorias no sistema judiciário para resolver disputas econômicas nos setores público e privado (ex. cobrança de débitos vencidos) e reforçar os direitos e contratos de propriedade. O objetivo é possibilitar um ambiente judicial onde negócios venham a ser realizados mais eficientemente.

- A primeira atividade a ser apoiada pelo projeto é uma análise de como o sistema judicial tem funcionado neste aspecto no Brasil e de como pode ser melhorado. A metodologia incluirá questionários/entrevistas envolvendo uma amostra dos negócios e membros do judiciário. A análise será realizada por uma empresa de consultoria (US\$ 0.12 milhões); e
- A segunda atividade será uma análise quantitativa para estimar o custo de processos judiciais, bem como seus benefícios, com o objetivo de avaliar o ponto de equilíbrio com

relação aos valores envolvidos, a duração, o número de recursos em processos judiciais públicos e privados. A metodologia incluirá o levantamento de dados nos tribunais de justiça e de outras instituições privadas e públicas que possam fornecer informações relevantes. A análise será realizada por uma empresa de consultoria (US\$ 0.12 milhões).

c. Beneficiário: Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE, US\$ 0.60 milhões)

O componente ajudará a fortalecer o recém-criado CADE, uma entidade essencial no sistema de defesa da concorrência no Brasil. As primeiras atividades incluem:

- estruturação do sistema de informações do CADE e definição das necessidades de expansão do sistema, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.15 milhões);
- implementação da primeira fase de expansão do sistema, através da aquisição de computadores e *software* (US\$ 0.08 milhões);
- avaliações e propostas para melhorar os procedimentos técnicos de avaliação do CADE, bem como treinamento dos funcionários do CADE sobre as melhores práticas internacionais, através da contratação de especialistas (US\$ 0.15 milhões).

Componente do Ministério dos Transportes (US\$ 3.14 milhões)

a. Beneficiário: Secretaria de Política Nacional de Transportes (US\$ 0.36 milhões)

O componente apoiará o desenvolvimento do planejamento integrado e de longo prazo do Ministério dos Transportes e da capacidade de financiamento de projetos. As primeiras atividades incluem:

- elaboração de um sistema para monitoramento e avaliação de políticas e programas de transportes, incluindo (a) definição de critérios técnicos, financeiros e ambientais adequados para a avaliação dos impactos de políticas e programas de transportes no desenvolvimento econômico e social no nível regional, (b) identificação de bases de dados existentes para alimentar o sistema e definição de necessidades de informações suplementares, e (c) elaboração da estrutura do sistema. A elaboração do sistema será contratada junto a uma empresa de consultoria (US\$ 0.1 milhões);

- fortalecimento institucional de uma unidade de Parcerias Público-Privadas (PPP) dentro do Ministério, definição de procedimentos e metodologias para identificar projetos apropriados para financiamento do setor privado, estabelecimento de modelos de financiamento de projetos adaptados às especificidades do Brasil e treinamento dos funcionários, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.15 milhões).
- b. Beneficiário: Secretaria Administrativa (US\$ 0.36 milhões)

O componente apoiará os esforços do Governo para definir e empreender as ações necessárias à conclusão da reforma portuária. As primeiras atividades incluem:

- diagnóstico da situação atual, organização e promoção de debates entre os interessados no Brasil visando definir direções estratégicas para terminar a reforma portuária (especialmente nas áreas de aumento de produtividade da mão-de-obra, reestruturação das autoridades portuárias e política de descentralização portuária) e preparação de um plano de ação, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.15 milhões);
- elaboração de recomendações para resolver questões técnicas específicas relacionadas à execução do plano de ação acima, através da contratação de especialistas (US\$ 0.08 milhões).

- c. Beneficiário: Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte (US\$ 0.4 milhões)

O componente ajudará a fortalecer a capacidade do DNIT de administrar a malha rodoviária federal. As primeiras atividades a serem financiadas pelo projeto incluem:

- consolidações das políticas de gerenciamento rodoviário e normas técnicas, à luz da experiência internacional, para atividades de manutenção e recuperação das estradas, e disseminação dos resultados aos funcionários do DNIT, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.15 milhões);
- agilizar os procedimentos administrativos para a gestão de contratos de manutenção e recuperação de estradas, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.1 milhões).

d. Beneficiário: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT, US\$ 1.07 milhões)

O componente ajudará a fortalecer a agência recém-criada, bem como a melhorar a estrutura regulatória nos setores de transporte rodoviário, ferroviário e de ônibus inter-estadual. As primeiras atividades incluem:

- atualizar os modelos de avaliação da Agência, através da contratação de especialistas (US\$ 0.08 milhões), e aquisição de computadores e *software* especializado (US\$ 0.03 milhões);
- desenvolvimento de procedimentos e de um sistema de gerenciamento para garantir uma supervisão eficiente e consistente das concessões outorgadas pela Agência, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.1 milhões);
- treinamento dos funcionários da Agência em melhores práticas internacionais para modelos de avaliação e estratégias gerenciais (US\$ 0.07 milhões);
- conclusão da estrutura regulatória e normativa para transportes terrestres, incluindo o transporte multi-modal (entrada e critérios de licenciamento para operadoras inter-modais, direitos e obrigações das operadoras, responsabilidade e seguros, certificação dos bens, intercâmbio de equipamentos e intercâmbio de dados eletrônicos), através da contratação de especialistas (US\$ 0.1 milhões);
- definição de regras uniformes para que concessionárias e empresas autorizadas apresentem suas informações financeiras à Agência e estruturação de base de dados de informações correlatas, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.08 milhões);
- elaboração de regras para a cláusula de equilíbrio financeiro-econômico em contratos de concessão e modelos pertinentes de avaliação, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.1 milhões);
- definição de procedimentos objetivos e transparentes para revisões das tarifas das concessões, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.1 milhões).

e. Beneficiário: Agência Nacional de Transportes Aquaviário (ANTAQ, US\$ 0.95 milhões)

O componente ajudará a fortalecer a Agência recém-criada, bem como a melhorar a estrutura regulatória para portos e transporte aquaviário. As primeiras atividades incluem:

- fortalecimento dos processos de gestão e supervisão da Agência e consolidação de sua estrutura organizacional, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.15 milhões) e de treinamento gerencial (US\$ 0.06 milhões);
- conclusão da estrutura normativa, incluindo normas de contabilidade para as administrações portuárias e a integração e harmonização do fluxo de informações nos portos, através da contratação de especialistas (US\$ 0.12 milhões);
- conclusão da estrutura regulatória, inclusive para a descentralização dos portos aos estados/municípios e descentralização dos serviços de transporte aquaviário no interior, através da contratação de especialistas (US\$ 0.1 milhões);
- melhorias no sistema de informações e contabilidade regulatória, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.15 milhões);
- desenvolvimento de procedimentos e de um sistema de gerenciamento para assegurar a supervisão eficiente e consistente das concessões e autorizações outorgadas pela Agência, incluindo a avaliação do nível de poder de concorrência/monopólio em diversos segmentos de mercado, estabelecimento de regras e normas uniformes de contabilidade para relatórios financeiros e definição de indicadores de desempenho para a administração portuária, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.12 milhões) e aquisição de computadores e *software* US\$ 0.03 milhões).

Componente do Ministério da Ciência e Tecnologia (US\$ 2.49 milhões)

a. Beneficiário: Secretaria Executiva (US\$ 0.95 milhões)

O componente ajudará o Ministério a: (a) fortalecer sua capacidade para melhorar a eficiência dos gastos públicos no setor e (b) fortalecer a estrutura de inovação do Brasil. As primeiras atividades incluem:

avaliação da criação, gestão e desempenho dos fundos setoriais, preparação de recomendações para melhoria e elaboração de um sistema de monitoramento de desempenho, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.15 milhões);

- avaliação e preparação de recomendações para a melhoria do programa de extensão tecnológica do Ministério, através da contratação de um especialista para elaborar a estratégia de avaliação do programa (US\$0.02 milhões);
- implementação e disseminação de ações atuais relacionadas ao Projeto de Lei de Inovação, incluindo a elaboração da regulamentação e normas necessárias, através da contratação de duas empresas de consultoria (US\$ 0.1 milhões cada) e de especialistas (US\$ 0.05 milhões);
- aquisição de computadores e equipamentos de escritório (US\$ 0.03 milhões).

b. Beneficiário: Secretaria de Políticas Estratégicas e de Desenvolvimento Científico (US\$ 0.71 milhões)

O componente apoiará o fortalecimento da capacidade do Ministério de estruturar e gerenciar o mecanismo de desenvolvimento limpo no Brasil. As primeiras atividades incluem:

- elaboração de processos, metodologias e critérios para avaliação, aprovação e certificação de propostas de projetos de MDL e para monitoramento e avaliação de projetos de MDL aprovados, inicialmente através da contratação de especialistas (US\$ 0.02 milhões) e depois através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.15 milhões);
- implementação de processos, através da contratação de especialistas (US\$ 0.1 milhões) e aquisição de computadores e *software* (US\$ 0.08 milhões);
- elaboração de um programa de extensão para entidades e empresas governamentais potencialmente interessadas em projetos de MDL, através da contratação de especialistas (US\$ 0.08 milhões);
- capacitação da Unidade de Coordenação para Mudanças Climáticas do Ministério, através do fortalecimento da estrutura organizacional e elaboração de um programa de

treinamento, através da contratação de especialistas (US\$ 0.04 milhões) e aquisição de equipamento essencial de escritório (US\$ 0.01 milhões).

c. Beneficiário: Secretaria de Inclusão Social (US\$0.65 milhões)

O componente apoiará os esforços do Ministério na promoção do desenvolvimento em comunidades pobres, fornecendo acesso a computadores e à Internet para grupos de pequenos produtores, para quem tal acesso geraria ganhos de produtividade significativos. As primeiras atividades incluem:

- definição de critérios para selecionar grupos de pequenos produtores, elaboração da metodologia de avaliação e mecanismos participativos para definir as necessidades das comunidades em termos de computadores e *software*, bem como a contrapartida para o projeto, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.15 milhões);
- elaboração e implementação de um projeto piloto com 15 comunidades, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.1 milhões);
- aquisição dos computadores e *software* necessários às comunidades e treinamento dos beneficiários (US\$ 0.18 milhões);
- realização da avaliação do projeto piloto, através da contratação de uma empresa de consultoria (US\$ 0.07 milhões).

d. Beneficiário: Secretaria de Política de Desenvolvimento Estratégico (US\$ 0.18 milhões)

O componente suportará os esforços do Ministério na promoção do desenvolvimento da indústria de nanotecnologia no Brasil. As primeiras atividades incluem:

- avaliação da indústria e preparação das recomendações para promover o desenvolvimento da indústria, através da contratação de especialistas (US\$ 0.08 milhões);
- fortalecimento da capacidade de obter informações sobre avanços mundiais na indústria, através da contratação de especialistas (US\$ 0.04 milhões).

CONCLUSÃO

Os principais desafios macroeconômicos, com os quais o governo deparou-se ao iniciar sua administração, vem sendo vencidos. Nos últimos dois anos, a economia brasileira alcançou um estágio importante de equilíbrio macroeconômico: taxas de inflação sob controle e em trajetória declinante, baixa volatilidade da taxa de câmbio, trajetória de crescimento do produto nacional e de expansão do emprego, aumento do consumo das famílias e do investimento, e retomada da trajetória de equilíbrio fiscal, com redução do endividamento público em relação ao produto nacional.

Esse sucesso na condução da política macroeconômica, embora requeira um monitoramento constante, abriu espaço para que a política do Governo fosse redirecionada para a formulação e implementação de políticas microeconômicas, visando identificar e solucionar os obstáculos que impedem o crescimento econômico de forma sustentada.

O amplo conjunto de reformas microeconômicas, que se constituiu no principal foco da agenda de trabalho da SPE em 2004, abrangeu diversos temas, dentre os quais, merecem destaque, os que se referem ao mercado de crédito, à qualidade da tributação e ao ambiente de negócios.

Dentre os principais resultados do trabalho coordenado pela SPE, merecem destaque a aprovação da nova Lei de Falências, os aperfeiçoamentos dos mercados de crédito, imobiliário e bancário, consolidados pela Lei nº 10.931/2004, e o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei Complementar nº 210/2004, que trata de regime favorecido para pequenos empreendedores.

Essas atividades da SPE foram desenvolvidas em paralelo àquelas previstas em suas atribuições regimentais, que podem ser resumidas no assessoramento ao Ministro de Estado na formulação, acompanhamento e coordenação da política econômica e fiscal, e que foram norteadas pelos macro-objetivos do PPA.

MARCOS DE BARROS LISBOA
Secretário da SPE

MARCELO LEANDRO FERREIRA
Ordenador de Despesas

ANEXO I: ATIVIDADES PLANEJADAS E/OU DEMANDADAS, PRODUTOS ESPERADOS E RESULTADOS ALCANÇADOS - 2004

ATIVIDADE PLANEJADA E/OU DEMANDADA	PRODUTO ESPERADO	RESULTADO ALCANÇADO
<p>Estudar medidas para o aprimoramento do marco regulatório do mercado de crédito imobiliário, aperfeiçoando instrumentos existentes e introduzindo novos, eficientes e juridicamente mais seguros.</p>	<p>Regulamentação dos títulos de créditos imobiliários, com vistas ao fomento do mercado secundário do setor.</p>	<p>Lei nº 10.931/2004, que regulamenta a Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), títulos representativos do crédito.</p>
	<p>Regulamentação do instituto do Patrimônio de Afetação nas incorporações imobiliárias.</p>	<p>Lei nº 10.931/2004, que regulamenta o Patrimônio de Afetação, propiciando meios eficazes de fiscalização e viabilizando a continuidade da obra em caso de falência da incorporadora.</p>
	<p>Simplificação da tributação para patrimônios afetados.</p>	<p>Lei nº 10.931/2004, que institui o Regime Especial de Tributação (RET), pelo qual são agrupados vários impostos federais em uma só alíquota.</p>
	<p>Regulamentação para solução de controvérsias em ações judiciais.</p>	<p>Lei nº 10.931/2004, que dispõe sobre o pagamento de valores incontroversos e manutenção do questionamento judicial apenas dos valores controversos.</p>
	<p>Ajuste das regras de direcionamento dos recursos da poupança, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com reflexo no volume de crédito para o setor habitacional.</p>	<p>Resolução CMN nº 3177/2004, que, dentre outras medidas: duplica a taxa de decaimento do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS); reduz a 80% da TR a rentabilidade dos valores recolhidos compulsoriamente ao BCB, pela não aplicação no SFH; e congela a posição das LCI e LH aos valores reais de 09/03/2004.</p>
<p>Estudar medidas para o aperfeiçoamento do agronegócio, mediante instituição de novos instrumentos.</p>	<p>Instituição de títulos para o financiamento da comercialização agrícola.</p>	<p>Lei nº 11.076/2004, que institui o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e <i>Warrant</i> Agropecuário, instrumentos de captação de recursos no mercado de capitais.</p>
	<p>Instituição de títulos de crédito representativos de direitos creditórios do agronegócio.</p>	<p>Lei nº 11.076/2004, que institui os Certificados de Recebíveis (CRA), Letras de Crédito (LCA) e Certificado de Direitos Creditórios (CDCA), instrumentos de captação de recursos para refinanciamento às empresas do agronegócio, com vistas à ampliação da oferta e redução do custo de crédito.</p>

ATIVIDADE PLANEJADA E/OU DEMANDADA	PRODUTO ESPERADO	RESULTADO ALCANÇADO
(continuação)	Instituição de instrumento de gerenciamento de risco contra oscilações de preço.	Lei nº 11.076/2004, que institui subvenção do Governo Federal para o lançamento de opções agrícolas pelo setor privado, representadas por contratos de opção de venda de produtos.
	Regulamentação da subvenção econômica ao prêmio de seguro rural.	Regulamentação da Lei nº 10.823/2003, por meio do Decreto nº 5.121/2004, que permite ao governo conceder subvenção econômica ao prêmio de seguro rural.
Estudar medidas para o aperfeiçoamento do mercado de crédito bancário, mediante aperfeiçoamento de instrumentos existentes.	Regulamentação do instituto da Alienação Fiduciária de automóveis.	Lei nº 10.931/2004, que estabelece a transferência de propriedade do veículo, independentemente do trânsito em julgado da sentença judicial.
	Regulamentação do instituto da Alienação Fiduciária de coisa fungível e da cessão fiduciária de direitos creditórios.	Lei nº 10.931/2004, que permite que a coisa fungível ou direito creditório sejam objeto de alienação fiduciária.
	Regulamentação de títulos representativos de créditos bancários.	Lei nº 10.931/2004, que dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário (CCB) e o Certificado de Cédulas de Crédito Bancário (CCCB), com reflexo na melhoria da segurança jurídica da operação e a conseqüente redução do <i>spread</i> bancário.
	Envio de proposta ao Congresso Nacional, com vistas à implementação de regulação de banco de dados de proteção ao crédito (Cadastro Positivo).	Proposta em fase final de elaboração, objetivando equilibrar regras que permitam o desenvolvimento da atividade de banco de dados de proteção ao crédito e que preservem os direitos dos cidadão em relação às informações e à forma de sua utilização. Prevê, dentre outras coisas: a atribuição de responsabilidades aos agentes da cadeia de coleta e disseminação de informações; e a salvaguarda aos consumidores contra danos à privacidade das informações.
	Análise do impacto do IOF no spread das operações de crédito.	Estudos preliminares desenvolvidos.
Estudar medidas que visem ao fortalecimento do ambiente de negócio.	Aprimoramento do Projeto de Lei nº 3337/2004, que trata do fortalecimento das agências reguladoras.	Substitutivo ao PL nº 3337/2004, que estabelece o limite entre a regulação econômica, a cargo das agências, e a formulação de política setorial, a cargo do Ministério responsável. Em apreciação na Câmara dos Deputados.
	Aprimoramento do Projeto de Lei Complementar nº 10/2004, que trata da instituição das Parcerias Público-Privadas (PPP).	Substitutivo ao PLC nº 10/2004, que viabiliza investimentos de infra-estrutura em projetos sociais. Em apreciação no Senado Federal.

ATIVIDADE PLANEJADA E/OU DEMANDADA	PRODUTO ESPERADO	RESULTADO ALCANÇADO
(continuação)	Aprimoramento do Projeto de Lei nº 3476/2004, que trata da instituição de incentivos à pesquisa e inovação.	Lei nº 10.973/2004, que institui a Lei de Incentivos à Pesquisa e Inovação, estimulando o relacionamento entre as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) no processo de inovação, e estreitando o relacionamento entre as esferas pública e privada na pesquisa e no desenvolvimento.
	Aprimoramento do Projeto de Lei Complementar que trata da regulamentação da concorrência no sistema financeiro.	Substitutivo ao PLP nº 344/2002, em apreciação na Câmara dos Deputados, que disciplina a aplicação de legislação sobre práticas anticoncorrenciais no setor financeiro.
	Contribuição na elaboração do projeto de reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, sob a coordenação do Ministério da Justiça em conjunto com a SEAE/MF.	Projeto em fase de elaboração.
Estudar medidas com vistas à melhoria da qualidade da tributação e à desoneração da poupança de longo prazo e dos investimentos.	Instituição da Conta Investimento.	Lei nº 10.892/2004, que institui a Conta Investimento, permitindo liberdade alocativa de recursos sem incidência de CPMF, com melhora na eficiência do investimento de longo prazo.
	Proposições que estimulem o setor industrial.	Lei nº 11.051/2004, que estabelece o fim da cumulatividade da Cofins, permitindo que os gastos com insumos, materiais, energia elétrica, despesas financeiras e depreciação sejam deduzidos da sua base de cálculo.
	Revisão da regulamentação sobre tributação de ativos financeiros, com reflexo na expansão dos recursos destinados à construção civil e na redução dos custos de securitização.	Lei nº 11.033/2004, que introduz tributação decrescente para os Fundos de Investimento e ativos de renda fixa, de acordo com o prazo de aplicação dos recursos; reduz a alíquota do IR para os investimentos em ações; e amplia a isenção tributária das Letras Hipotecárias (LH), estendendo-a às LCI e CRI.
	Revisão da regulamentação sobre a tributação de planos de Previdência Complementar.	Lei nº 11.053/2004, que institui o fim da cobrança de IR sobre as carteiras dos fundos de pensão e demais planos de previdência, e nova sistemática de tributação, com alíquotas de imposto de renda decrescentes para maiores prazos de aplicação. Tais medidas serão aplicadas a partir de Janeiro/2005.
	Redução da tributação sobre seguros de vida.	Decreto nº 1172/2004, que isenta os seguros de vida da incidência de IOF
	Revogação do Regime Especial de Tributação (RET) afeto aos planos de previdência (MP nº 2222/2001).	Lei nº 11.053/2004, que revoga o RET.

ATIVIDADE PLANEJADA E/OU DEMANDADA	PRODUTO ESPERADO	RESULTADO ALCANÇADO
(continuação)	Revisão da tributação sobre bens de capital, com vistas à desoneração de investimentos.	Lei nº 11.051/2004, que regulamenta a tributação sobre os investimentos, com redução nas alíquotas de impostos e contribuições federais (Invista Já).
Estudar medidas que visem ao aperfeiçoamento do marco regulatório do setor de Resseguros.	Elaboração de Projeto de Lei Complementar estabelecendo o marco geral do mercado de resseguros.	PLC elaborado, aprovado pela Câmara de Política Econômica, prevendo, dentre outras medidas, a manutenção do IRB Brasil Resseguros S/A.
	Colaboração na revisão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, com participação da SUSEP, IRB e Ministério da Agricultura.	Propostas em estudo.
Estudar medidas para redução do custo de resolução de conflitos.	Aprimoramento do Projeto de Lei nº 4376/2003, que dispõe sobre a Lei de Falências.	Substitutivo ao PL nº 4376/2003, com nova regulamentação sobre a Lei de Falências. PL aprovado no Congresso Nacional, em fase de sanção Presidencial.
	Adequação do Código Tributário Nacional (CTN) em conformidade com as disposições da nova Lei de Falências.	PLC nº 72/2003, que ajusta o CTN ao novo marco regulatório da Lei de Falências. PL aprovado no Congresso Nacional, em fase de sanção Presidencial.
	Auxílio na elaboração de Projeto de Lei do Senado, com vistas à revisão dos critérios de parcelamento dos Créditos Tributários afetos à Lei de Falências.	PLS nº 245/2004, em apreciação no Senado Federal.
	Reforma do Poder Judiciário, sob a coordenação do Ministério da Justiça, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço jurisdicional prestado ao cidadão.	Emenda Constitucional nº 45, de 2004, sobre a Reforma do Judiciário, que, entre outras coisas, cria órgãos de controle externo do Judiciário e a súmula vinculante.
	Regulamentação do procedimento de mediação processual, sob a coordenação do Ministério da Justiça, como alternativa complementar à Arbitragem.	Substitutivo do PLC nº 94/2002 aprimorado, tornando obrigatório o uso da mediação dentro e fora do processo judicial. Em apreciação no Senado Federal.
	Propostas de aperfeiçoamento dos procedimentos de execução de sentença judicial disciplinados pelo Código de Processo Civil.	PLC nº 52/2004, que racionaliza e torna mais célere o cumprimento da sentença. Em apreciação no Senado Federal.
	Propostas de aperfeiçoamento dos procedimentos de execução por título extrajudicial, disciplinados pelo Código de Processo Civil.	PL nº 4.497/2004, que reequilibra o rito da execução extrajudicial entre devedor e credor e aperfeiçoa os meios executórios. Em apreciação na Câmara dos Deputados.
	Proposta de alteração do Código de Processo Civil no que diz respeito aos procedimentos da execução fiscal (que tem a Fazenda Pública como parte autora).	Emenda à Medida Provisória nº 206/2004, convertida na Lei nº 11.033/2004, que racionaliza o processo de execução fiscal, permitindo, por exemplo, o não prosseguimento de ações de baixo valor (abaixo de R\$ 10 mil).

ATIVIDADE PLANEJADA E/OU DEMANDADA	PRODUTO ESPERADO	RESULTADO ALCANÇADO
(continuação)	Propostas de alteração do Código de Processo Civil que propõe aperfeiçoamentos ao sistema recursal brasileiro e implementa outras medidas que trazem maior eficiência ao serviço judiciário.	Projetos de Lei nº 4.723, 4.724, 4.725, 4.726, 4.727, 4.728 e 4.729 de 2004, em tramitação na Câmara, que compõem a Reforma Processual Civil, regulamentando o "processo eletrônico" e instituindo a súmula impeditiva de recurso, dentre outras coisas.
	Aprimoramento aos dispositivos processuais da CLT, tornando o processo trabalhista mais racional e ágil.	Projetos de Lei nº 4.730, 4.731, 4.732, 4.733, 4.734 e 4.735 de 2004, em tramitação na Câmara, que compõem a Reforma Processual Trabalhista.
	Envio de proposta ao Congresso Nacional para redução da insegurança jurídica das operações de Arrendamento Mercantil.	Estudos iniciados, em reuniões internas com a participação de representantes dos órgãos envolvidos.
Estudar medidas para estimular a formalização de pequenos negócios e das relações de trabalho.	Envio de proposta ao Congresso Nacional para incentivar a formalização do empreendedor de baixa renda.	PLP nº 210/2004, que incentiva a formalização do empreendedor de baixa renda, com faturamento de até R\$ 36 mil/ano, mediante desoneração de um conjunto de impostos e contribuições federais.
	Ampliação do acesso ao crédito produtivo pelos empreendedores de baixa renda, formais e não formais.	MP nº 226/2004, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), direcionado ao atendimento das necessidades do microempreendedor na sua atividade econômica (produção).
	Simplificação dos procedimentos de registro e da legalização de empresas, com reflexo na abertura e no fechamento de negócios.	Coordenação de Seminário, no período de 19 a 21/05/2004, com a participação de vários segmentos interessados. Relatório com consolidação das alternativas viáveis. Várias reuniões com os órgãos e entidades envolvidos (MDIC, Sebrae, SRF, MTE e outros).
	Auxílio na elaboração de Projeto de Lei com medidas que propiciem redução do impacto dos encargos trabalhistas para os micro e pequenos empresários.	Estudos preliminares realizados, considerando propostas alternativas para a desoneração parcial da folha de salários.
Estudar medidas para ampliação do comércio externo e dos fluxos de capital, mediante desburocratização das exportações.	Proposição de alternativas para viabilizar formas associativas, dentre elas o Consórcio Exportação, para o desenvolvimento das microempresas do setor de exportação.	Propostas em fase de estudos com o MDIC e as entidades envolvidas.
	Aperfeiçoamento de medidas que viabilizam o escoamento de produtos para o exterior.	Lei nº 10.893/2004, que institui uma série de aperfeiçoamentos ao Fundo de Marinha Mercante (FMM), dentre elas a criação de subvenção econômica ao prêmio de seguro garantia, beneficiando os contratantes de financiamento para a produção de embarcações.

ATIVIDADE PLANEJADA E/OU DEMANDADA	PRODUTO ESPERADO	RESULTADO ALCANÇADO
(continuação)	Proposição de medidas de estímulo à realização de investimentos na recuperação, modernização e ampliação da estrutura portuária.	MP nº 206/2004, que institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO). A principal medida é a desoneração de IPI, PIS, Cofins e imposto de importação nos investimentos para aquisição de máquinas e equipamentos.
Assessorar o Secretário em reuniões da Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).	Análise de proposições de caráter institucional, submetidas à apreciação da Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC).	123 análises de votos da COMOC.
	Análise de proposições de caráter institucional, submetidas à apreciação do Conselho Monetário Nacional (CMN).	118 análise de votos CMN.
Elaborar apresentações sobre a evolução da conjuntura econômica, da política fiscal e das reformas microeconômicas.	Apresentações.	88 Apresentações realizadas sob demanda.
Analisar proposições de política econômica e de medidas legislativas com o objetivo de avaliar: (i) aspectos econômicos; (ii) fiscais; e (iii) de ordem institucional, além de sua adequação aos objetivos da política econômica.	Pareceres técnicos.	442 Pareceres elaborados.
Elaborar notas técnicas com avaliação de assuntos de natureza institucional, fiscal, monetária, cambial, do mercado de trabalho, de crédito, de preços, do setor externo e do setor produtivo.	Notas Técnicas.	14 Notas Técnicas elaboradas.
Elaborar projeções de parâmetros macroeconômicos para balizar as projeções fiscais utilizadas no orçamento (LDO e LOA).	Projeções Macroeconômicas.	Elaboradas conforme demanda.
Elaborar projeções macroeconômicas e cenários alternativos de evolução da economia para subsidiar a definição de diretrizes da política econômica.	Projeções Macroeconômicas.	Elaboradas conforme demanda.
Manter o Ministro da Fazenda e o Secretário da SPE atualizados sobre a evolução da conjuntura econômica.	Resenhas Matinais com edição associada à divulgação dos dados econômicos.	167 resenhas elaboradas.
Manter o Ministro da Fazenda e o Secretário da SPE atualizados sobre a evolução diária do mercado financeiro.	Resenhas Vespertinas Diárias com análise da evolução dos indicadores de mercado financeiro.	246 resenhas elaboradas.

ATIVIDADE PLANEJADA E/OU DEMANDADA	PRODUTO ESPERADO	RESULTADO ALCANÇADO
Efetuar levantamento de dados econômicos, com breve análise, para subsidiar a elaboração de discursos do Ministro da Fazenda e do Secretário da SPE.	Discursos.	Discursos elaborados sob demanda.
Elaborar análises sobre a evolução da política econômica e de setores específicos para subsidiar relatórios e prestações de conta do Ministério da Fazenda e do Poder Executivo.	Notas e Análises Econômicas para a Mensagem Presidencial; Balanço Geral da União e relatórios de acompanhamento do PPA.	Elaborados conforme a demanda.
Elaborar Manual de Procedimentos Operacionais da Área de Conjuntura.	Manual.	Manual Elaborado e em aperfeiçoamento.
Atualizar o Manual de Projeções Econômico-fiscais.	Manual.	Manual atualizado e em aperfeiçoamento.
Reestruturar e atualizar o banco de dados estatísticos da área de Conjuntura.	Informações econômicas atualizadas	Informações econômicas atualizadas.
Atualizar o banco de dados da área fiscal.	Informações fiscais atualizadas.	Informações fiscais atualizadas.
Apurar, mensalmente, o Resultado Primário do Governo Central, acima da linha, para subsidiar a elaboração das projeções fiscais.	Resultado apurado.	Planilhas e relatórios mensais.
Realizar projeções fiscais para balizar a elaboração do orçamento (LDO e LOA).	Projeções Fiscais.	2 projeções elaboradas.
Elaborar projeções fiscais e cenários alternativos do Resultado Primário do Governo Central para subsidiar a definição de diretrizes da política fiscal.	Projeções Fiscais.	Relatórios mensais, e sob demanda, de projeções e cenários fiscais.
Elaborar o cálculo dos subsídios implícitos e consolidar as informações dos subsídios explícitos para compor as informações complementares do orçamento da União (LOA).	Demonstrativo dos benefícios creditícios e financeiros.	1 demonstrativo elaborado.
Elaborar o cálculo do resultado dos fundos regionais para subsidiar as projeções fiscais.	Relatório mensal.	12 relatórios elaborados.
Participar de reuniões da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX.	Reuniões.	Participação em 20 reuniões.
Elaborar Modelo Econométrico de Projeção do Resultado da Previdência Social.	Modelo Econométrico.	A versão preliminar do modelo e os testes empíricos já foram efetuados está em fase de aperfeiçoamento.
Analisar temas correlatos à área fiscal com a participação de técnicos de outros órgãos.	Coordenação de Seminários Fiscais .	05 seminários realizados.